



município de **Olhão**

...mais para si!



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

2015





município de **Olhão**

mais para si



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1.1 Acolhimento ao Múncipe (Balcão Único)

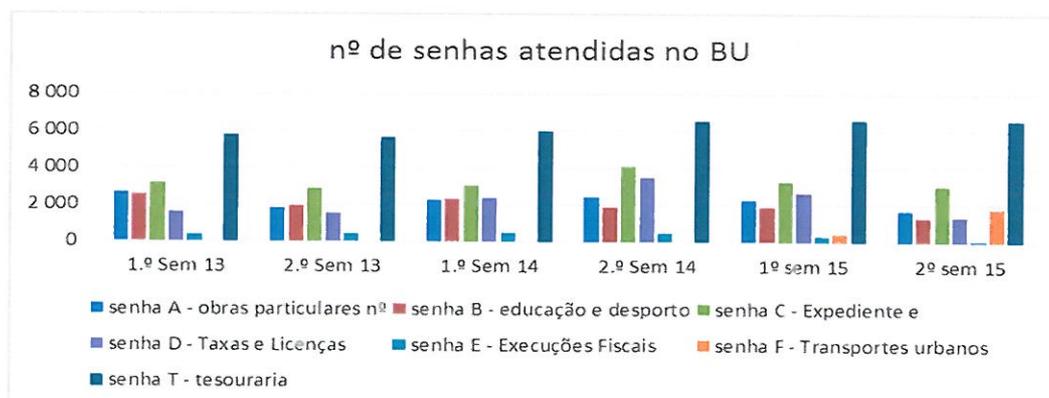
O Balcão Único do Município de Olhão, espaço de atendimento por excelência instalado na respetiva sede, completou no passado dia 06 de fevereiro quatro anos de funcionamento e continua a ser um espaço dinâmico, com muita afluência, que centraliza e congrega no mesmo espaço físico os postos de atendimento do município nas mais diversas áreas de atuação que competem ao Município.



O gráfico seguinte (1) enuncia o número de atendimentos prestados no Balcão Único, extraído do software associado ao dispensador de senhas em uso, ao longo dos últimos anos, sendo demonstrativo de que o atendimento no ano que ora findou mantém números paralelos com o de anos anteriores.

A subida verificada na senha F respeita ao facto de ter sido autonomizada a meio do primeiro semestre do ano face à senha C, que apresenta assim um ligeiro decréscimo.

Gráfico 1:



O Balcão Único é um espaço que possibilita ao cidadão apresentar os seus requerimentos e formular os mais diversos pedidos num esquema de

atendimento personalizado e centralizado na medida em que o pessoal que lhe está afeto é capaz de atender os assuntos muito diversificados, de complexidade maior ou menor, consoante as matérias a que respeite, também elas elucidadas, em grandes ramos, no gráfico supra. Significa isto que o utente tanto pode apresentar um pedido relacionado com urbanismo e, em simultâneo, um pedido qualquer no âmbito de atividades educativas, por exemplo, e ainda comprar um passe para os transportes urbanos do concelho.

O Balcão Único foi um serviço instituído no âmbito do processo de modernização administrativa e simplex autárquico, associado a projetos de cariz comunitário e em rede como é o caso do Algarve Central, do qual o Município de Olhão faz parte juntamente com os municípios vizinhos, permitindo harmonizar formulários, requerimentos, metodologias de trabalho, aproximando assim a forma de atendimento nos espaços de atendimento respetivos.

O Balcão, no âmbito do referido processo de modernização administrativa, apresenta uma cada vez mais forte e abrangente vertente de atendimento digital, o que faz em estreita colaboração com a Agência para a Modelização Administrativa IP (AMA).

Tal implica a plena utilização do Balcão do Empreendedor (BdE), ferramenta de atendimento on-line de utilização obrigatória em cada vez mais áreas de negócio, de acordo com a legislação que tem vindo a ser publicada desde 2011.

Este portal, ponto único de acesso aos serviços relacionados com a atividade empresarial, integrado no novo Portal do Cidadão (Portal da Empresa e Portal do Cidadão foram fundidos num só), tem uma forte importância no atendimento prestado no nosso Balcão Único, pois as respetivas colaboradoras nele lançam inúmeros procedimentos por mês, não só respeitantes a comunicações respeitantes ao exercício de atividades económicas instaladas em Olhão, mas em outros âmbitos territoriais do país, uma das vantagens inseridas no atendimento mediado via BdE, permitindo ao utente por exemplo dar início a atividade económica em diversos pontos do país no mesmo espaço, seja físico, no caso do atendimento presencial no Balcão Único, ou virtual se o fizer a partir do seu domicílio/sede.

Diga-se que o atendimento via BdE, embora disponível on-line para o cidadão é quase todo prestado de forma presencial no Balcão Único, sendo as respetivas colaboradoras quem preenche os campos no portal, os valida e submete, com o aval do munícipe.

Ainda, a proposto do Balcão Único, dir-se-á que o tempo médio de atendimento e de espera se manteve nos parâmetros do ano anterior, sendo só de ressaltar a senha F, que como atrás referido, apresenta uma subida proporcional com a descida da senha D dada a autonomização dos atendimentos relacionados com os transportes urbanos face às taxas e licenças. É o que elucida os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2:

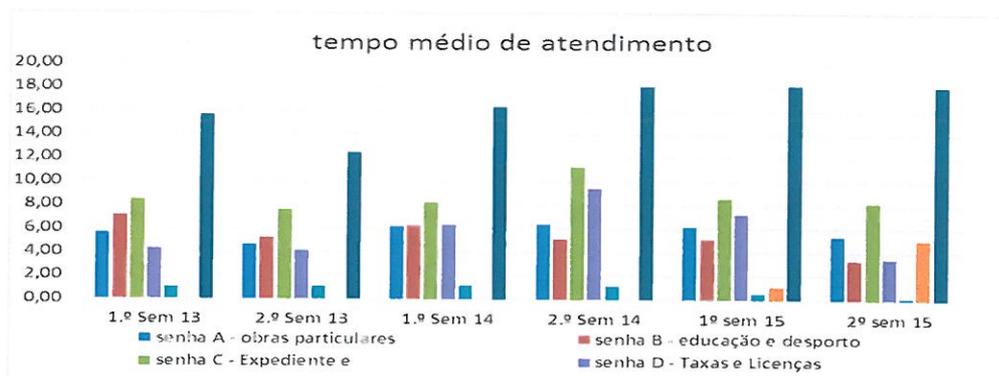
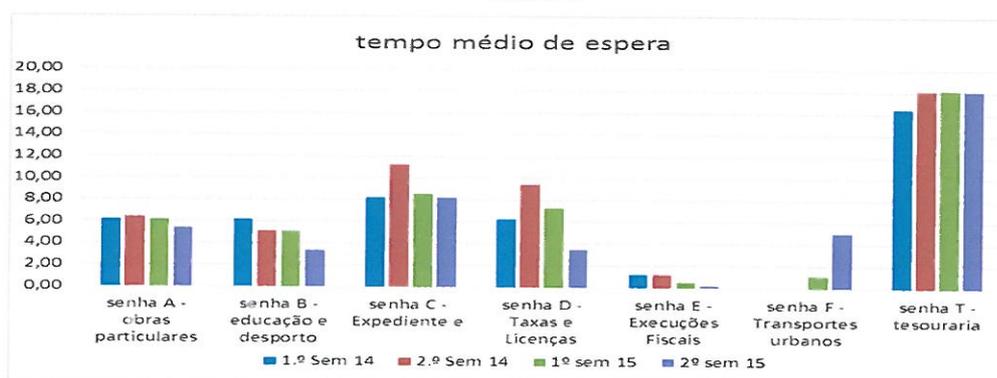


Gráfico 3:



1.4 Arquivo Municipal

Presentemente, o Arquivo Municipal distribui-se por dois espaços distintos, o Arquivo que integra todo o espólio de carácter permanente, de conservação obrigatória, e o Arquivo que integra a demais documentação municipal (intermédio), sendo o primeiro constituído por valências abertas ao público e sobre o qual incidem as atividades a seguir se descrevem. De sublinhar ainda o apoio que este serviço presta à organização e orientação do arquivo corrente à guarda dos serviços produtores, nas instalações do Município.

As iniciativas desenvolvidas durante o ano de 2015 reportam-se apenas a um período de cerca de sete meses, facto decorrente da mudança de instalações, da antiga morada sita na Rua Teófilo Braga, em Olhão, que encerrou ao público em meados de abril passado, para a atual localização, na Rua 18 de Junho, em plena cidade de Olhão, e de toda a logística inerente, facto que só possibilitou a efetiva abertura ao público do espaço no final do mês de agosto.



Presentemente, o Arquivo Municipal, intitulado Arquivo Municipal António Rosa Mendes, encontra-se dotado de instalações condignas nas vertentes a considerar num serviço desta natureza, a saber: vertente público, vertente técnica e vertente de tratamento e acondicionamento da documentação (depósitos), com a vantagem de se tratar de uma zona central e de fácil acesso.



O novo espaço tem uma capacidade de acondicionamento e guarda documental tendente às necessidades atuais do serviço e condições adequadas à conservação e manutenção do espólio respetivo.



No ano findo, o Arquivo Municipal António Rosa Mendes abriu portas ao projeto “Encontro de Poesia a Sul Olhão’15”, iniciativa com participação do município que teve lugar entre 1 e 17 de outubro, abordando temas como poesia, música e teatro, através da realização de exposições, debates, leituras e recitais, alguns dos quais decorreram nestas instalações, como ilustram as seguintes fotos:

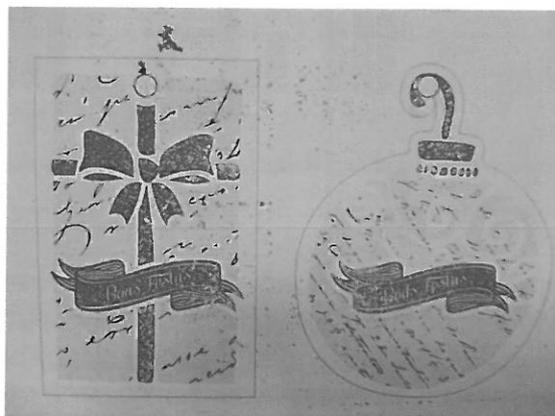


Proporcionámos ao público, a 27 de outubro, um Dia Aberto, no qual abrimos portas e mostrámos a todos os interessados todas as áreas do Arquivo, explicando e exibindo como funciona o serviço.

Ainda neste dia, ao final da tarde, contámos com a presença da Dra. Andreia Fidalgo, investigadora e Professora da Universidade do Algarve, que nos falou de Francisco Fernandes Lopes, ilustre cidadão olhanense que neste dia comemorava o seu aniversário.



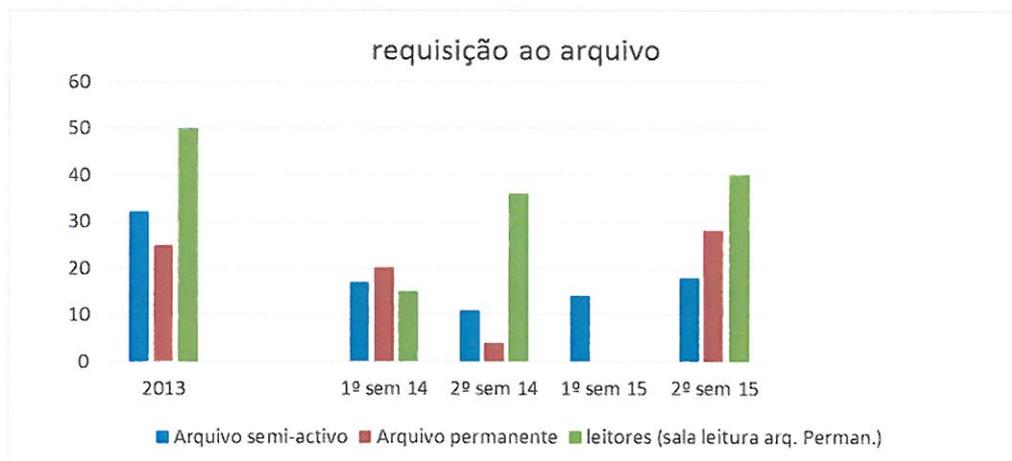
No final do ano, indo ao encontro da época festiva de dezembro, organizámos uma Mostra Documental sobre o Natal, fazendo chegar ao público documentos e informação à guarda do Arquivo através de pequenos brindes alusivos à época.





À parte a mudança de instalações, com melhorias significativas para o atendimento, mantêm-se as suas atividades regulares e o seu objetivo: disponibilizar ao público a consulta da documentação à guarda do Arquivo, canalizando até nós cada vez mais utilizadores interessados, sendo quase diária a sua visita e de demais interessados.

Conforme gráfico seguinte, não obstante o mesmo ter estado fechado ao público durante quase cinco meses, nota-se uma subida do número de leitores do Arquivo face aos anos anteriores:

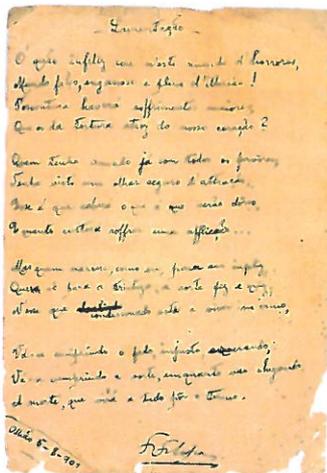


É de ressaltar que, desde a abertura das novas instalações, julga-se que sobretudo devido à localização e visibilidade do novo Arquivo, tem sido notória a procura desta valência por parte de públicos diversos, além dos habituais historiadores e professores. É o caso de residentes ou naturais de Olhão e outros curiosos que procuram informação sobretudo sobre genealogia e indústria conserveira e, inovadora, a procura por parte de residentes estrangeiros de informação histórica do concelho e das habitações que adquirem.

A participação do Arquivo Municipal na Rede de Arquivos do Algarve (RAAlg), com projetos e iniciativas comuns que enriquecem todos os membros da rede. A sua integração neste projeto permite beneficiar de uma sinergia de esforços e de uma partilha de conhecimentos e experiências extremamente enriquecedores e vantajosos, favorecendo desta forma o serviço.

É ainda de destacar o crescimento substancial de todo o fundo documental acondicionado neste espaço, consequência das diferentes doações efetuadas ao Arquivo em 2015, após aceitação do órgão executivo, e que o Município muito agradece, permitindo enriquecer o espólio documental, já vasto, do Município de Olhão. Foi o caso de:

. Espólio de Francisco Fernandes Lopes, composto por originais em papel (cartas, apontamentos variados decorrentes das investigações levadas a cabo pelo próprio, documentos de identificação, documentos produzidos pelo poeta João Lúcio e pelo seu pai, etc.), por livros e demais publicações, bem como mobiliário (secretária, cadeira e móvel) do referido médico. O espólio foi recebido pela Câmara Municipal, em reuniões de 15 de abril e 2 de Setembro e vem permitir, certamente, clarificar conhecimentos já adquiridos, bem como trazer novos dados à história de Olhão e do seu concelho, bem como à história familiar do médico e historiador olhanense.



. Quinze volumes da revista intitulada “Ilustração Portuguesa” (1906-1919), aceites pelo órgão executivo a 18 de novembro, pertencentes ao espólio pessoal do próprio doador; António Ventura.



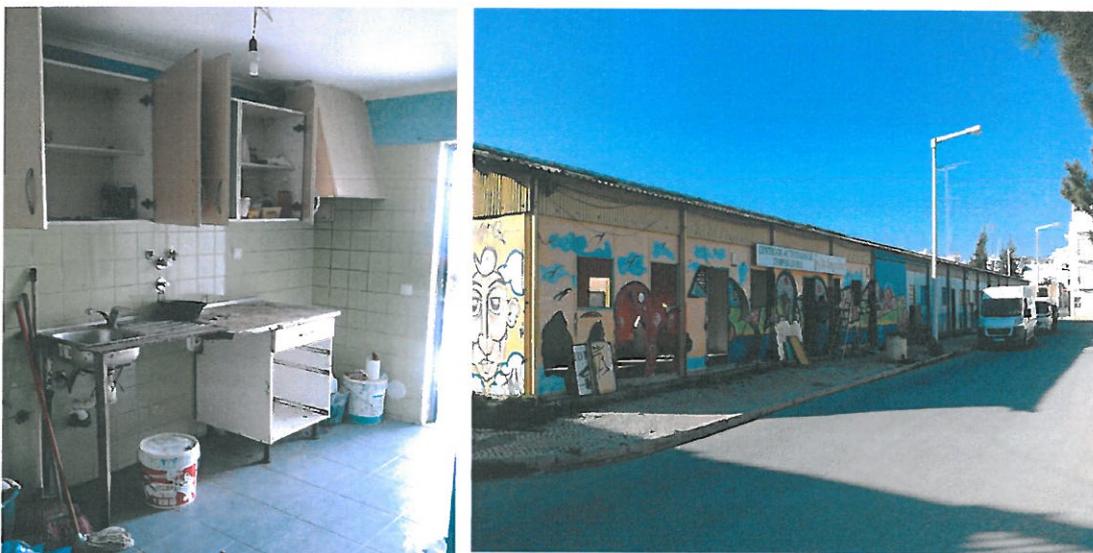
Por último, convém vincar o atributo que mais enobrece o Arquivo Municipal António Rosa Mendes, o seu espólio, composto por sessenta e três fundos documentais diferentes.

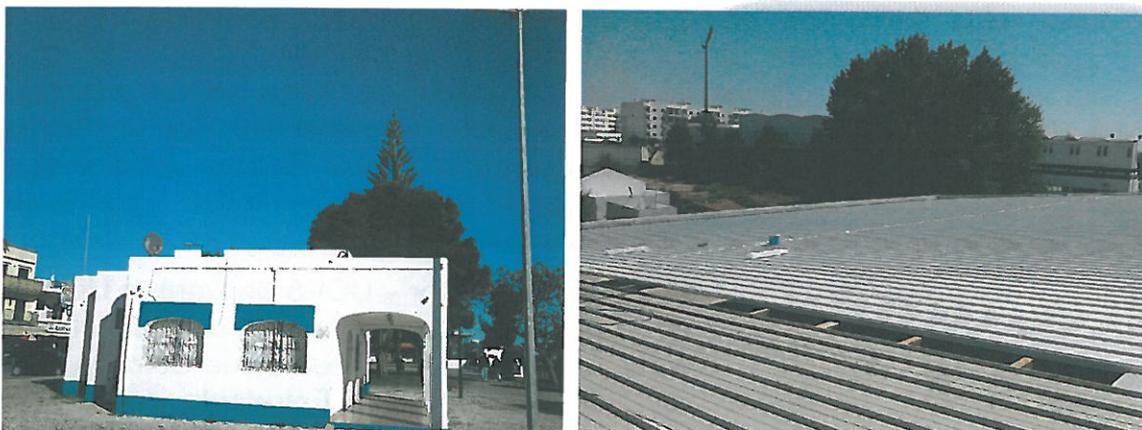
Entre fundos produzidos por extintas fábricas de indústria conserveira, a fundos de diversas associações culturais e recreativas, passando por fundos pessoais como os de Francisco Fernandes Lopes, João Lúcio, José Carlos da Maia, Diamantino Piloto e Abílio Gouveia, aos quais acrescento ainda os fundos do Sporting Clube Olhanense, da Loja Maçónica de Olhão, do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento Algarvio, da Câmara Municipal e do Administrador do Concelho, somos o Arquivo Municipal do Algarve com o maior número de fundo documentais entre o seu espólio, dos quais realço os produzidos pela Loja Maçónica de Olhão e pelo Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento Algarvio, pela sua singularidade no panorama algarvio e destaque no panorama nacional, traduzindo-se em mais visitas de utilizadores.

1.5 Investimento em Obras Municipais

Durante o ano de 2015 o investimento em obras continuou condicionado pela atual conjuntura económica e financeira do país que afeta todos os setores da nossa sociedade.

Foram concluídas empreitadas de Reparação e Beneficiação de Habitações Sociais, obras de Beneficiação de Jardins-de-infância e Escolas EB1, as Demolições da antiga Sede do Marítimo Olhanense e do Edifício no Jardim Pescador Olhanense, estruturação das Instalações do Centro de Dados do Município e a Substituição da Cobertura das Piscinas Municipais encontrava-se em fase de conclusão o Skate Park.



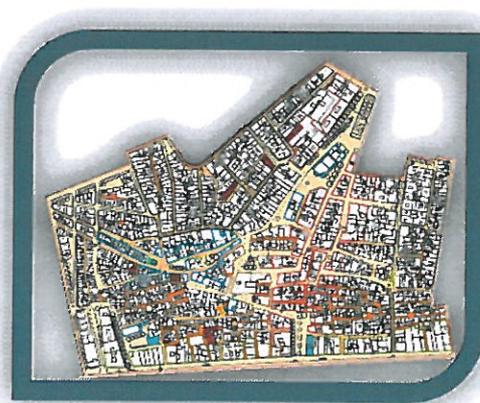


Foram ainda iniciados os procedimentos para execução durante o ano de 2016 das empreitadas de substituição da Relva Sintética no Estádio Municipal, de construção de 2 Módulos de 96 Catacumbas no Cemitério 16 de Junho, de beneficiação do C.M. 516-3 Brancanes – Poço Longo e dos caminhos municipais do Buraco, Europortal/Espanha, da Ponte Velha de Quelfes e parte da E.N. 398, da requalificação dos Espaços Exteriores das Urbanizações Quinta das Âncoras e Quinta das Gaivotas, e da requalificação do Circuito de Manutenção dos Pinheiros de Marim.

1.6 Planeamento Urbanístico

No âmbito do planeamento urbanístico, durante o ano de 2015, e na continuidade dos anos anteriores, foi dado ênfase ao acompanhamento de Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Cidade de Olhão, o Plano de Pormenor do Parque Urbano – UOP8 de Olhão, o Núcleo de Desenvolvimento Turístico do concelho de Olhão (NDT) e a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

- Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão, encontra-se em fase de Proposta de Plano, que corresponde à proposta final com as soluções urbanísticas, que se pretendem implementar na área de intervenção. Por vicissitudes várias, decorrentes de novas perspetivas urbanísticas para a zona antiga, assim como de alguns constrangimentos financeiros, o executivo analisou a proposta



tendo sido deliberado introduzir alterações ao plano. Nesse sentido, foi celebrado ajuste direto com o mesmo gabinete que em Outubro de 2015 apresentou as alterações solicitadas pelo executivo. O processo foi remetido à CCDR Algarve, afim da mesma proceder às consultas das entidades externas com interesses na área do plano conforme Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Aguarda-se parecer das entidades.



- Plano de Pormenor - UOP8 do Parque Urbano da Cidade de Olhão, a fase III da proposta de plano foi aprovada em reunião de Câmara de 1 de Outubro de 2014. Entretanto realizou-se uma reunião com a equipa projetista no sentido de se introduzirem algumas alterações ao plano.

• Revisão do PDM de Olhão, encontram-se em elaboração os estudos de caracterização e foi dado início ao processo de revisão da RAN.



- Núcleo de Desenvolvimento Turístico do concelho de Olhão, a Câmara Municipal deliberou em Janeiro 2015 proceder à abertura de concurso para realização de um plano de pormenor, neste sentido encontra-se aberto o concurso, conforme publicação em diário da república de 23 de dezembro.

Outras atividades

Para além das suas atribuições, a Divisão de Planeamento e Ação Social, nomeadamente o serviço de Planeamento Urbanístico, colabora com o Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil (BMPC), estando uma técnica a desempenhar funções regularmente, deslocando-se uma vez por semana ao Gabinete de BMPC e participando em reuniões no exterior.



Defesa da Floresta contra Incêndio

- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios Florestais (2016-2020), elaboração técnica concluída em dezembro, obteve parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em 19 de dezembro e foi remetido para o ICNF para aprovação.
- Atualização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
- Participação em reuniões da Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Participação em Ações de sensibilização sobre a temática da Queima de sobrantes agrícolas, nas Freguesias de União de Moncarapacho e Fuseta, Pechão e Quelfes em parceria com o Município de Olhão, INCF, GNR e Juntas de Freguesia. Nestas ações foi explicado à população quais os procedimentos a ter para a realização de queimas e o que fazer em caso de perigo.
- Gabinete Técnico Florestal – nos termos do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro foi criado o gabinete do Município de Olhão, tendo ficado a funcionar no Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil, e nomeada uma técnica da divisão para exercer funções pontualmente. O Gabinete Técnico Florestal do Concelho desenvolve ações de Defesa da Floresta contra Incêndios e promove tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município.



Neste sentido, realizou-se no ICNF uma reunião de trabalho com os técnicos de todos os gabinetes da região, tendo ficado definido que passariam a realizar-se reuniões de trabalho bimensais.

Proteção Civil

- Colaboração com o Comando Distrital de Operações de Socorro no que respeita a atualização dos Planos Municipais e Distritais de Emergência, integrando um grupo de trabalho com o objetivo de uniformizar os planos Municipais.
- Participação nas reuniões mensais do CDOS em conjunto com o Comandante Luís Gomes.
- Atualização dos contactos e membros da Comissão Municipal de Emergência.



No âmbito das atividades desenvolvidas, é também de referir que, o Planeamento Urbanístico ainda acompanha projetos com outras entidades públicas, ao abrigo de protocolos celebrados, nomeadamente o “Natural.pt” e a “Rede de apoio para o autocaravanismo na região do Algarve”.

Natural.pt

Esta marca é uma estratégia do INCF que visa a promoção integrada do território dos produtos e dos serviços existentes nas áreas protegidas de Portugal Continental. Foi apresentado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em Julho e inscreve-se no novo período de programação financeira e não tem custos para o município. Esta plataforma permite também dar a conhecer as regiões e potenciais aderentes, sendo uma vantagem para os municípios ao nível do aumento da visibilidade e do n.º de visitantes e turistas, pois a promoção é



efetuado pela marca.

- Participação nas reuniões da plataforma local e emissão de pareceres sobre os pedidos de adesão das empresas e promotores dos concelhos para utilização da marca, de acordo com os critérios definidos no regulamento da marca.

Rede de apoio para o autocaravanismo na região do Algarve

A participação dos serviços surge na sequência da constituição da Rede Regional de Acolhimento ao Autocaravanismo do Algarve que foi formalizada através de



assinatura do Protocolo de Cooperação, entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), Região de Turismo do Algarve (RTA) e Associação de Turismo do Algarve (ATA)

- Realizou-se uma reunião no Município de Olhão com vista à concretização das ações previstas no Protocolo. O protocolo tem como objetivo promover e desenvolver uma estratégia de acolhimento ao Autocaravanismo, designada por Rede de Apoio para o Autocaravanismo na Região do Algarve (RAARA). Esta rede tem o pressuposto de integrar os Parques de Campismo e Caravanismo e as Áreas de Serviço para Autocaravanas que preencham os requisitos e critérios definidos no protocolo.

1.7 Educação

Manutenção, apetrechamento e melhoramento do Parque escolar

Considerando a importância de operacionalizar uma estratégia integrada de gestão local do parque escolar, para responder às necessidades dos estabelecimentos de ensino, bem como da necessidade de privilegiar o papel dos Agrupamentos de Escolas no diagnóstico das necessidades e na definição de medidas de planeamento educativo, promotoras da agilidade e eficiência e zeladoras de um parque escolar favorável à prática educativa, o Município continuou a investir no contínuo melhoramento do Parque existente.

Durante o ano 2015 foram recebidos no Município 962 pedidos de intervenção para as 18 escolas (JI/EB1) dos 4 agrupamentos de escola do Concelho de Olhão. Estes pedidos foram encaminhados para os departamentos competentes e mais de 60% dos pedidos foram prontamente resolvidos.

Na área da Educação foram efetuados investimentos significativos na Escola EB1 de Pechão no valor de 12.305€ (telhado), na Escola Nº1 de 11.134,70€ e na Escola Nº5 10.688,70€ (contentores).

Foi celebrado um protocolo entre o Município e as escolas de 2º e 3º ciclo, no âmbito do apetrechamento e manutenção das referidas escolas. Neste protocolo foi atribuído, para os 4 agrupamentos, o montante de € 120.000,00.

Auxílios Económicos

O Município de Olhão atribuiu manuais escolares a todos os alunos no 1º ciclo das escolas de Olhão, no valor de 100.810,48€.



Aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de apoio, para fazer face aos vários encargos com a educação, o Município apoiou com o montante de 34.048,00€, de acordo com a seguinte distribuição:

Designação da Escola	1.º Ciclo do Ensino Básico				Educação Pré-Escolar		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com Escalão A		Alunos com Escalão B		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor	N.º	Valor			
Escola Básica / II n.º 4 de Olhão	71	€ 1 846,00	42	€ 546,00	3	€ 1 095,00	€ 3 487,00
Escola Básica n.º 5 de Olhão	48	€ 1 248,00	34	€ 442,00	0	€ 0,00	€ 1 690,00
Escola Básica / II José Carlos da Maia (n.º 7)	85	€ 2 210,00	48	€ 624,00	4	€ 1 460,00	€ 4 294,00
Escola Básica n.º 1 de Pechão	37	€ 962,00	18	€ 234,00	0	€ 0,00	€ 1 196,00
Escola Básica de Brancanes	14	€ 364,00	4	€ 52,00	0	€ 0,00	€ 416,00
Escola Básica / II de Quelfes	15	€ 390,00	9	€ 117,00	1	€ 365,00	€ 872,00
Jardim de Infância de Pechão	0	€ 0,00	0	€ 0,00	2	€ 730,00	€ 730,00
Totais	270	€ 7 020,00	155	€ 2 015,00	10	€ 3 650,00	€ 12 685,00
Valor Total a atribuir ao Agrupamento Prof. Paula Nogueira	€ 12 685,00						

Designação da Escola	1.º Ciclo do Ensino Básico				Educação Pré-Escolar		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com Escalão A		Alunos com Escalão B		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor	N.º	Valor			
Escola Básica / II da Cavalinha	75	€ 1 950,00	50	€ 650,00	3	€ 1 095,00	€ 3 695,00
Escola Básica / II n.º 6 de Olhão	90	€ 2 340,00	32	€ 416,00	4	€ 1 460,00	€ 4 216,00
Escola Básica de Marim	5	€ 130,00	5	€ 65,00	0	€ 0,00	€ 195,00
Totais	170	€ 4 420,00	87	€ 1 131,00	7	€ 2 555,00	€ 8 106,00
Valor Total a atribuir ao Agrupamento João da Rosa	€ 8 106,00						

Designação da Escola	1.º Ciclo do Ensino Básico				Educação Pré-Escolar		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com Escalão A		Alunos com Escalão B		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor	N.º	Valor			
Escola Básica / II da Fuseta	62	€ 1 612,00	21	€ 273,00	2	€ 730,00	€ 2 615,00
Escola Básica / II de Moncarapacho	85	€ 2 210,00	53	€ 689,00	5	€ 1 825,00	€ 4 724,00
Totais	147	€ 3 822,00	74	€ 962,00	7	€ 2 555,00	€ 7 339,00
Valor Total a atribuir ao Agrupamento Dr. Francisco Fernandes Lopes	€ 7 339,00						

Designação da Escola	1.º Ciclo do Ensino Básico				Educação Pré-Escolar		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com Escalão A		Alunos com Escalão B		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor	N.º	Valor			
Escola Básica / Il do Largo da Feira	154	€ 4 004,00	63	€ 819,00	3	€ 1 095,00	€ 5 918,00
Totais	154	€ 4 004,00	63	€ 819,00	3	€ 1 095,00	€ 5 918,00
Valor Total a atribuir ao Agrupamento Dr. Alberto Iria	€ 5 918,00						

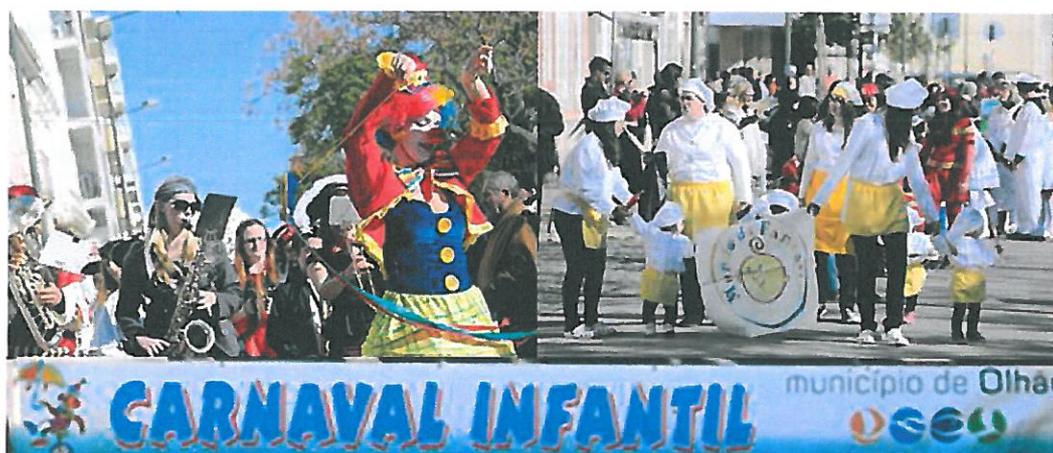
Atividades Promovidas com as Escolas:

À escola foi cometida a função de complementar de socialização primária da criança, iniciada, principalmente, na família, procedendo de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo, e ao mesmo tempo procurando que o aluno adquira uma “identidade cultural específica”. Nesse sentido, o Município promoveu, conjuntamente, com as escolas, atividades que funcionassem como catalisador para a integração e a aprendizagem das crianças.

Neste âmbito realizámos:

Desfile de Carnaval Infantil

O desfile de Carnaval Infantil é, sem dúvida, uma oportunidade para trabalhar aspetos fundamentais do desenvolvimento da criança, como a criatividade, a coordenação motora, a cognição e também a socialização. Percebendo a importância do referido, o Município organizou no dia 05 de Fevereiro de 2015, um desfile de carnaval infantil, que contou com a participação de cerca de 1000 crianças das várias Escolas do 1º ciclo e dos Jardins-de-infância da rede pública e do sector privado.



Semana da Criança e do Ambiente

O Município de Olhão promoveu, conjuntamente, os dias: “Mundial da Criança” e do “Ambiente”, através da organização da “SEMANA DA CRIANÇA E DO AMBIENTE, OLHÃO 2015”, sob o tema “Alimentação Sustentável Para Crescer Saudável”. Durante os dias 1, 2, 3, 4 e 5 de Junho, o Jardim Pescador Olhanense foi palco para ateliês, palestras, exposições, insufláveis e outras atividades, tendo como convidados de honra as cerca de 3000 crianças da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, público e privado do concelho de Olhão.



1.8 Ação Social

De acordo com a lei nº 75/2013, de 12 de setembro os Municípios têm atribuições nos domínios da ação e habitação social.

No âmbito da ação social compete ao Município colaborar no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade em parceria com entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamentos municipais. Neste sentido o Município tem orientado a sua intervenção para a promoção de respostas dirigidas a pessoas e famílias que, apesar de se encontrarem em situação considerada de carência, não obtêm, por parte de outros organismos, resposta para necessidades específicas.

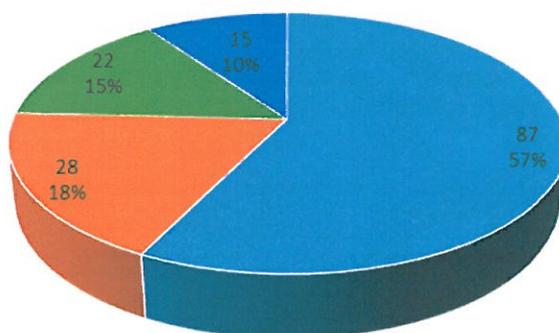
No domínio da habitação social, o Município tem promovido respostas que visam colmatar as necessidades de habitação, sendo um dos concelhos da região do Algarve com maior número de fogos de habitação social, o que exige da parte dos serviços do Município, a gestão de um património extenso que corresponde a cerca de 720 arrendatários.

Apoio à Comunidade e à Família

De acordo com as competências da Câmara Municipal, o Município tem orientado a sua intervenção para a promoção de respostas dirigidas a indivíduos que se encontram em situação de carência.

Neste sentido, têm sido promovidas algumas iniciativas de apoio onde se destacam várias medidas a famílias carenciadas do concelho, sob a forma de subsídios financeiros, acompanhamento de munícipes/famílias, celebração de protocolos com entidades, entre outros.

O apoio prestado pelas técnicas de ação social aos munícipes, efetuado nas instalações do Município durante o ano de 2015, totaliza 202 atendimentos, distribuídos maioritariamente de acordo com as seguintes tipologias.



- Carência de habitação
- Transferência habitacional
- Dívidas de renda/ planos de pagamento
- Conservação habitacional

Tipologia de atendimento

Da análise do gráfico constata-se que mais de 50% dos atendimentos efetuados estão relacionados com pedidos de habitação, que resultam, muitas vezes, de ações de despejo efetuados pelos senhorios e/ou insuficiência de rendimentos do agregado para suportar as rendas praticadas no mercado.

É de referir que a tipologia “outros” respeita sobretudo a problemas de limpeza de espaços comuns dos bairros de habitação municipal, pedidos de revisão de renda, pedidos de transmissão de arrendamento, pedidos de informação processual e pedidos de apoio económico.

O acompanhamento de munícipes/famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolveu-se em parceria com o Centro de Saúde de Olhão, o Instituto de Segurança Social, as Forças de Segurança e o Ministério Público, entre outras, abrangendo cerca de 30 agregados familiares. No âmbito desta medida de apoio são elaborados pareceres técnicos com vista à promoção da qualidade de vida dos grupos específicos, nomeadamente crianças, idosos e portadores de doença crónica.

No âmbito do subsídio de renda para habitação, durante o corrente ano, por dificuldades orçamentais não foi implementado o programa de apoio, tendo-se acompanhado os beneficiários que ainda se encontravam abrangidos e cujo apoio terminou no 1º trimestre do ano.

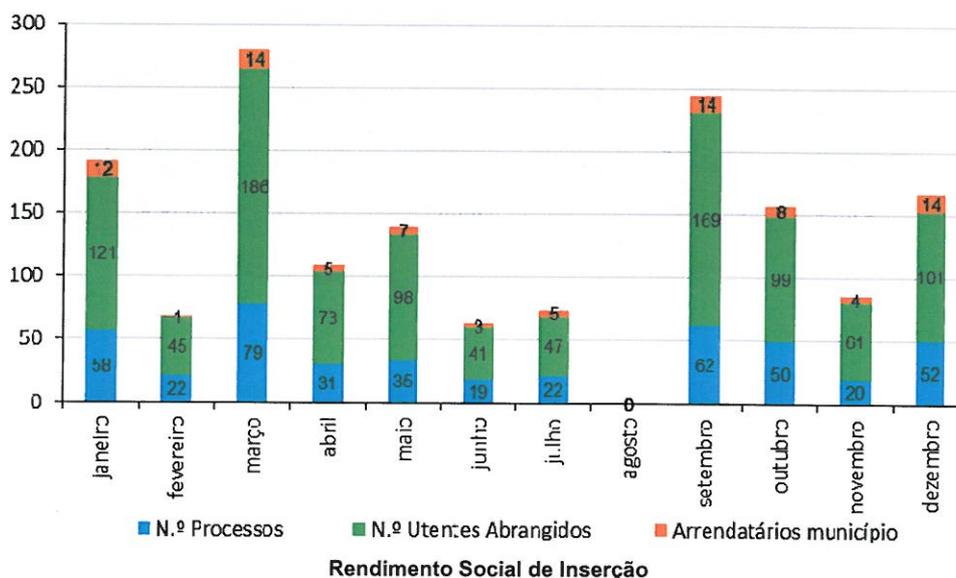
Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior

Ao nível do apoio ao ensino superior, foram atribuídas, por um período de 10 meses, 16 bolsas de estudo a alunos não deslocados e 6 a alunos deslocados, perfazendo um apoio no valor total de €24.840,00.

No presente ano realizaram-se os procedimentos relativos à abertura do concurso para atribuição de 20 bolsas de estudo para o ano letivo 2015/2016, cujo período de apresentação de candidaturas decorreu até 30 de novembro, tendo sido formalizadas 29 candidaturas, que se encontram em análise.

Participação no Núcleo Local de Inserção - Rendimento Social de Inserção

No que se refere ao Rendimento Social de Inserção, o Município participou em 33 reuniões do núcleo local de inserção, disponibilizando uma técnica, que colaborou na formalização de 450 acordos de inserção negociados com os beneficiários e respetivos agregados familiares, abrangendo 1041 utentes.



De salientar que cerca de 8% dos beneficiários com acordos de inserção celebrados correspondem a arrendatários da habitação social do Município, sendo que 41% apresentam mora no pagamento da renda.

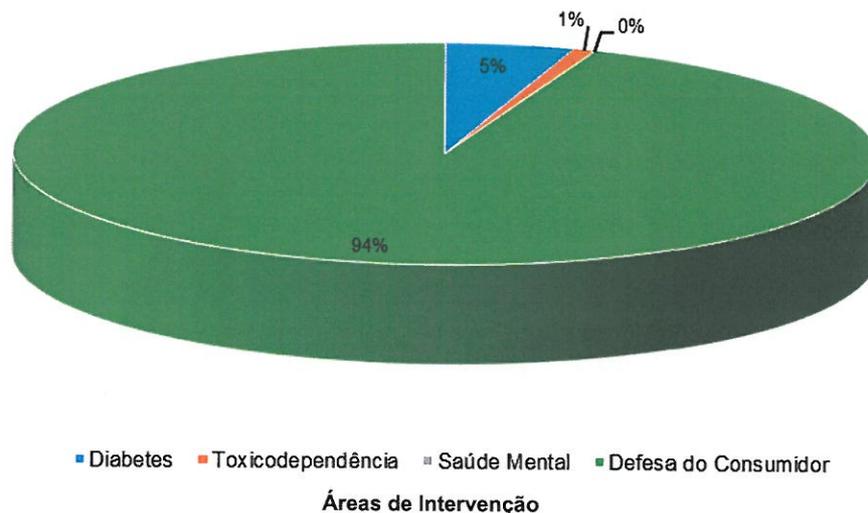
Ainda no âmbito do Rendimento Social de Inserção, o Município promoveu e acompanhou a integração de 11 beneficiários, quer nos seus

serviços, quer na Empresa Municipal Ambiolhão, ao abrigo dos contratos-emprego inserção.

A parceria do Município de Olhão, em particular com a área da habitação social, permite criar condições que possibilitem às famílias e aos indivíduos melhorar o nível de satisfação das suas necessidades em diferentes domínios. Compete ao técnico do Município a realização do estudo, diagnóstico e acompanhamento dos beneficiários da medida de RSI, participando na análise das situações e na definição dos contratos de inserção para as famílias que se encontram em situação de carência económica e social, bem como promover o acompanhamento dos contratos de inserção, especificamente na área da habitação, nomeadamente ao nível do realojamento, do pagamento atempado das rendas de habitação social e do pagamento do plano de pagamento quando existem dívidas.

Protocolos com Instituições

No âmbito do apoio à comunidade e à família o Município geriu e acompanhou 8 protocolos celebrados com instituições nas áreas da toxicodependência, diabetes, saúde mental e defesa do consumidor, abrangendo 514 utentes com carências económicas.



Através do protocolo celebrado com a Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e de Apoio ao Diabético do Algarve (AEDMADA), foram encaminhados cerca de 23 munícipes para acompanhamento e apoio diabetológico.

Relativamente ao protocolo celebrado com o Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (GATO), o Município apoiou 4 utentes na integração em duas unidades de desabituação “Torre D’Aires” e “Azinheiro”, em regime de

internamento, sendo que no final de dezembro continuavam 2 munícipes em tratamento.

Os protocolos celebrados com a AEDMADA e GATO, foram objeto de revogação no final do ano de 2015, uma vez que os mesmos não cumpriam as normas legislativas em vigor, nomeadamente no que diz respeito ao período de vigência, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 197/99 de 8 de Junho.

Inserido no protocolo celebrado com a ASMAL (Associação Saúde Mental do Algarve) não foram apoiados utentes.

Relativamente aos grupos mais vulneráveis, como toxicodependentes, sem-abrigo, trabalhadoras/es do sexo, entre outros e respetivas famílias foi também celebrado protocolo com a Associação Tempus.

A celebração de protocolo, com a UNIR (Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve) com o objetivo de apoiar mais 5 munícipes com esta problemática, tendo-se verificado que durante o ano de 2015 não foram apoiados utentes.

No âmbito da infância e da juventude foi celebrado protocolo com o Centro de Bem-Estar Social N.ª Sr.ª de Fátima (CBESNSF), que tem como objetivo apoiar a construção e apetrechamento do Espaço Afetos e as ações desenvolvidas no Lar Infância e Juventude.

Ainda no âmbito das atividades desenvolvidas, foi prestado todo o apoio na concretização do Protocolo de cooperação estabelecido com a DECO, nomeadamente no que respeita ao atendimento ao munícipe.

O atendimento efetuado tem duas vertentes:

Direito ao Consumo: é prestada informação jurídica presencial sobre as questões de consumo, de forma acessível e direcionada a todos os consumidores, apoiando os munícipes na apresentação de reclamações e na mediação de conflitos de consumo.

Apoio ao Sobreendividado: análise da situação particular do munícipe endividado e contacto com as entidades credoras, procurando uma reestruturação dos contratos de crédito/ dívidas, de forma a viabilizar alternativas que permitam o cumprimento das suas obrigações financeiras.

Durante o ano de 2015, registaram-se 452 pedidos de informação, dos quais 134 realizaram-se nas instalações do município e 318 na delegação da DECO, em Faro.

O apoio no âmbito do direito do consumo pode também ser prestado, de forma gratuita, nas instalações da DECO do Algarve em Faro, a todos os residentes no concelho de Olhão.

Ainda no âmbito deste protocolo realizaram-se várias sessões públicas de esclarecimento sobre temáticas de interesse para a comunidade em geral, nomeadamente com os seguintes temas:

- Direitos e Deveres dos Consumidores;
- Gestão do orçamento familiar;
- Vendas agressivas e burlas contra idosos;
- Ambiente;
- Alimentação Saudável - Sabe o que está a comer?;
- Mercado Liberalizado - Tarifas Sociais;
- Energia Fantasma;
- Como interpretar faturas;
- Água - Um bem essencial à sua família;

Estas sessões contaram com a participação de cerca de 250 Municípes.

Foram também realizadas 2 sessões dirigidas a técnicos / funcionários do Município e / ou IPSS's do concelho de Olhão, com os seguintes temas:

- Direitos e Deveres dos Consumidores;
- Consumidores economicamente vulneráveis - Que perspetiva do direito do consumo?

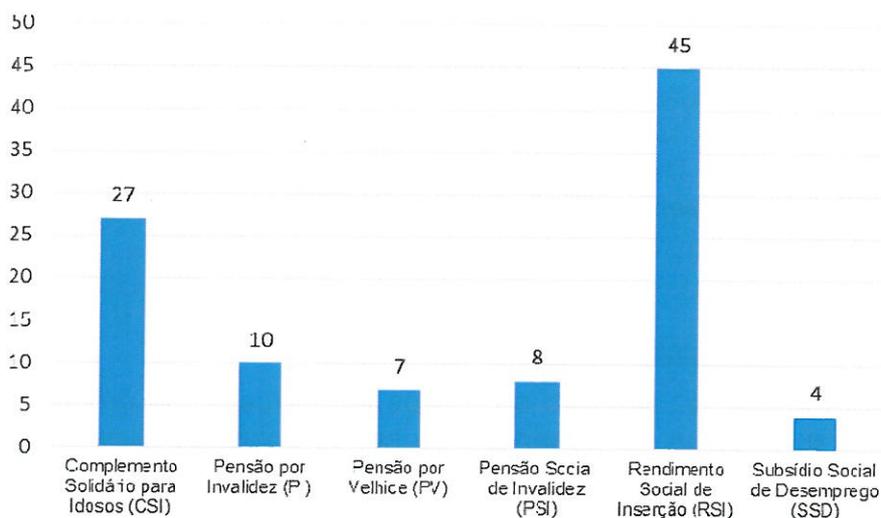
Estas sessões contaram com a participação de aproximadamente 35 funcionários.

Colaboração com a Ambiolhão - Tarifário Social

Esta divisão presta apoio à Empresa Municipal Ambiolhão, tanto ao nível do tarifário social, através da análise dos pedidos e emissão de pareceres e gestão da base de dados dos consumidores, assim como, verificação e acompanhamento de sinalizações efetuadas pelos leitores referente a possíveis casos sociais que detetam no âmbito da sua atividade.

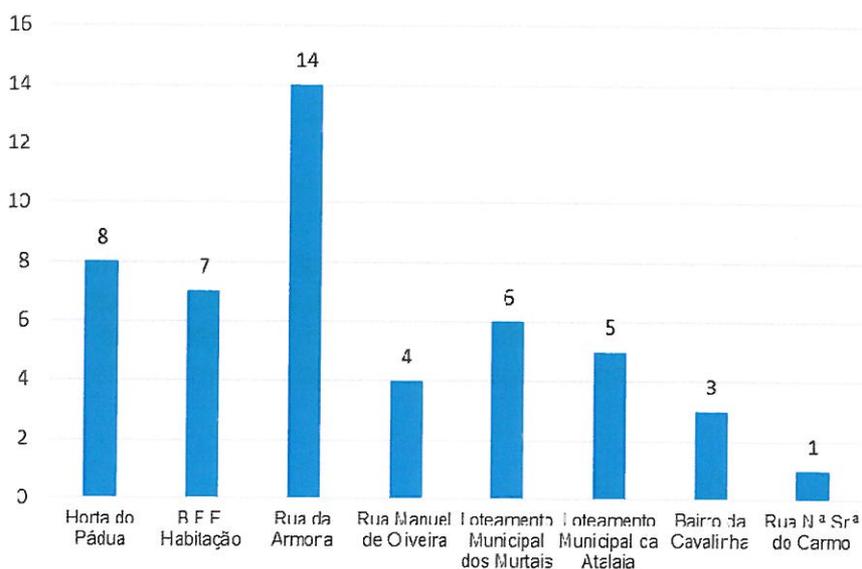
No ano de 2015 foram analisados cerca de 50 pedidos de atribuição de tarifário social de consumidores beneficiários de pensões por velhice ou invalidez. Trimestralmente é efetuada a monitorização dos consumidores beneficiários deste tarifário, através do cruzamento dos dados com os serviços da Segurança Social.

Em 31 de dezembro a Ambiolhão registava cerca de 101 consumidores beneficiários de tarifário social. Os consumidores distribuem-se pelas seguintes prestações sociais:



Distribuição dos beneficiários por tipo de prestação social

É de realçar que, dos 101 beneficiários de tarifário social, 48 residem em habitação municipal, o que representa cerca de 47,5% dos consumidores. A sua distribuição pelos vários núcleos habitacionais é efetuada da seguinte forma:



Distribuição dos beneficiários residentes em Habitação Municipal

No âmbito dos programas de apoio alimentar, o Município colaborou nas 2 campanhas de recolha de alimentos promovida pelo Banco Alimentar. Esta cooperação foi efetuada através da disponibilização de viatura e respetivo motorista para efetuar o transporte dos bens recolhidos nas várias superfícies comerciais para as instalações do BACF Algarve.

Distribuição de Cabazes Alimentares

No âmbito desta Divisão, efetuou-se também, à semelhança dos anos anteriores, a distribuição dos cabazes de Natal, que não foram levantados pelos funcionários do Município, por famílias carenciadas do concelho. Este ano, e pela 1ª vez a Delta Cafés disponibilizou 20 cabazes de alimentos na época natalícia, para serem distribuídos pelos agregados em situação de maior vulnerabilidade.

Colaboração com a Capitania do Porto de Olhão

Ainda no que diz respeito a projetos em parceria, no âmbito do apoio à comunidade e à família, foi desenvolvido em colaboração com a Capitania do Porto de Olhão um projeto piloto com o objetivo de sinalizar residentes na Ilha da Armona que se encontram em situação de isolamento e/ou vulnerabilidade social. Pretende-se efetuar um acompanhamento frequente aos indivíduos identificados e prestar o apoio possível, procedendo ao seu encaminhamento/acompanhamento na resolução de situações/problema detetadas.

Até ao momento já foram sinalizados 14 agregados, totalizando 22 indivíduos, dos quais 9 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Estima-se que ainda estejam por identificar cerca de 13 indivíduos distribuídos por cerca de 10 agregados.

Colaboração com o Gabinete de Proteção Civil

Ao nível da colaboração prestada por esta Divisão ao Gabinete de Proteção Civil, disponibilizou uma Técnica para integrar as ERAS – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação, criadas no âmbito do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro). Estas equipas foram criadas para, durante um evento, garantirem à estrutura operacional, a informação imediata e indispensável ao processo de tomada de decisão.

Mercado Social de Arrendamento

Relativamente ao mercado social de arrendamento, ao abrigo do protocolo celebrado entre o Município, a NORFIN, O IHRU e o IGFSS, através do qual é prestado apoio ao nível técnico e processual aos Municípes que pretendem arrendar habitações, respondeu-se a 5 candidaturas, verificando-se uma diminuição em relação ao ano anterior, que provavelmente é justificada pelo decréscimo na oferta de imóveis e pelo facto de existirem outros parceiros a analisar candidaturas.

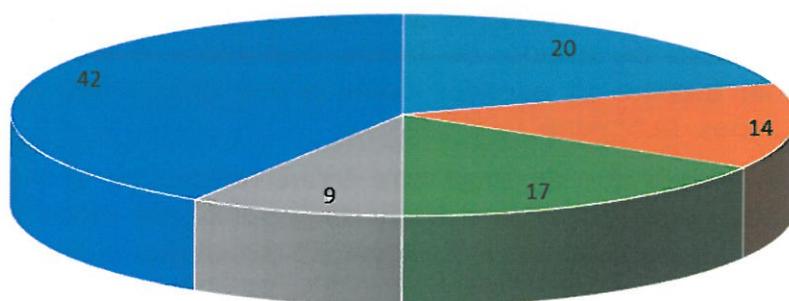
O Mercado Social de Arrendamento é uma medida inovadora para famílias que não se encontram nas condições de acesso à habitação social, mas também não possuem rendimentos suficientes para aquisição de casa

própria e que assim poderão aceder ao arrendamento de uma habitação do mercado livre.

Habitação e Requalificação Social

No que respeita ao parque habitacional, é realizada a gestão dos fogos sociais de habitação municipal, o qual conta com 720 arrendatários.

Durante o ano de 2015, e de acordo com as situações apresentadas pelos arrendatários, estas foram agrupadas, conforme a sua natureza, por tipologia, de acordo com o gráfico seguinte.



- Reajustamento de renda apoiada
- Transmissão de arrendamento
- Transferências habitacionais
- Coabitação
- Visitas domiciliárias

Tipologia dos pedidos

Resposta a Solicitações dos Arrendatários

Foram analisados 20 pedidos de revisão de renda, devido a alterações do rendimento mensal corrigido do agregado familiar por morte, invalidez permanente e absoluta, ou desemprego de um dos membros.

Os pedidos encontram-se distribuídos equitativamente pelos bairros, no entanto não se registou qualquer pedido de revisão da renda no Loteamento Municipal da Atalaia, no Loteamento Municipal dos Murtais, na Rua Manuel de Oliveira, Rua Calouste Gulbenkian e Rua Joaquim Farracha.

Foi indeferido 1 pedido de revisão da renda por não cumprir os requisitos exigíveis, conforme legislação em vigor.

Relativamente às transmissões de arrendamento solicitadas, 88% foram objeto de decisão favorável.

Devido à indisponibilidade de habitações somente 3 pedido de transferência habitacional foram satisfeitos. A maioria das solicitações está relacionada com questões de mobilidade dos arrendatários às frações e

acessibilidade dos edifícios, cuja resolução é difícil, uma vez que o parque habitacional tem cerca de 30 anos e não se encontra com as condições necessárias ao nível das acessibilidades.

Avaliação de situações Socioeconómicas e Habitacionais

As visitas domiciliárias são efetuadas com alguma frequência, para avaliação da situação socioeconómica e habitacional dos arrendatários, bem como para a promoção das condições de segurança habitacional e higiénico-sanitárias dos fogos, junto dos locatários idosos e outros.

Tem sido objetivo do Município sensibilizar para a manutenção das condições higiénico-sanitárias, informando os arrendatários das suas obrigações referentes a questões de limpeza e regras cívicas, através de envio de ofícios, afixação de avisos, contactos telefónicos e visitas domiciliárias, nomeadamente quando os espaços comuns dos blocos não apresentam as devidas condições de higiene.

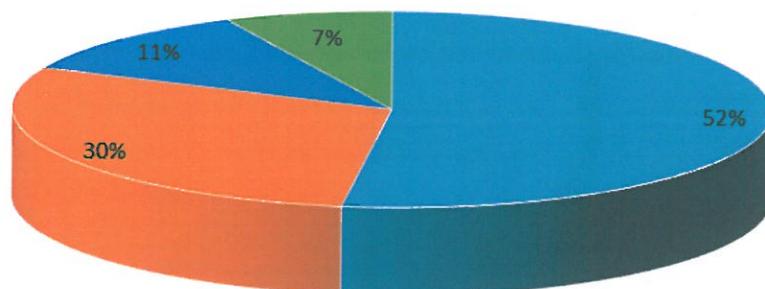
Convém referir que algumas das ações realizadas, são efetuadas em parceria com as instituições de solidariedade social, de modo a promover a reabilitação e conseqüentemente a reinserção social dos agregados familiares na comunidade.

Controle da Dívida de Renda

A gestão do parque habitacional implica uma constante atualização documental dos processos, tendo em vista a atualização das rendas e regularização das dívidas não prescritas.

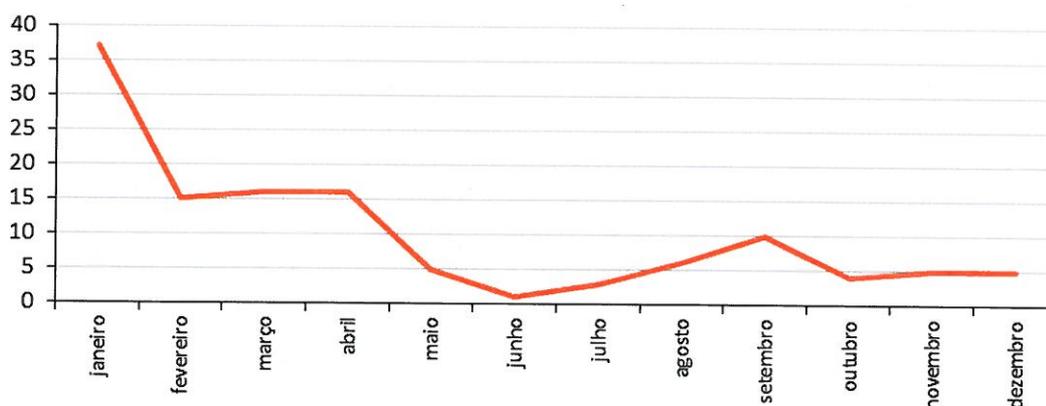
Durante o ano de 2015 e no que se refere às dívidas de renda, foram notificados a maioria dos arrendatários da mora no pagamento da renda superior a 2 meses, no sentido obstar à prescrição das dívidas. Paralelamente foram efetuados contactos telefónicos no sentido de reforçar o cumprimento das obrigações.

Na sequência das notificações enviadas, houve inquilinos que procederam ao pagamento total das rendas em dívida, correspondentes a situações de atrasos pontuais, por esquecimento ou por falta de verificação por parte dos arrendatários da provisão das contas bancárias.



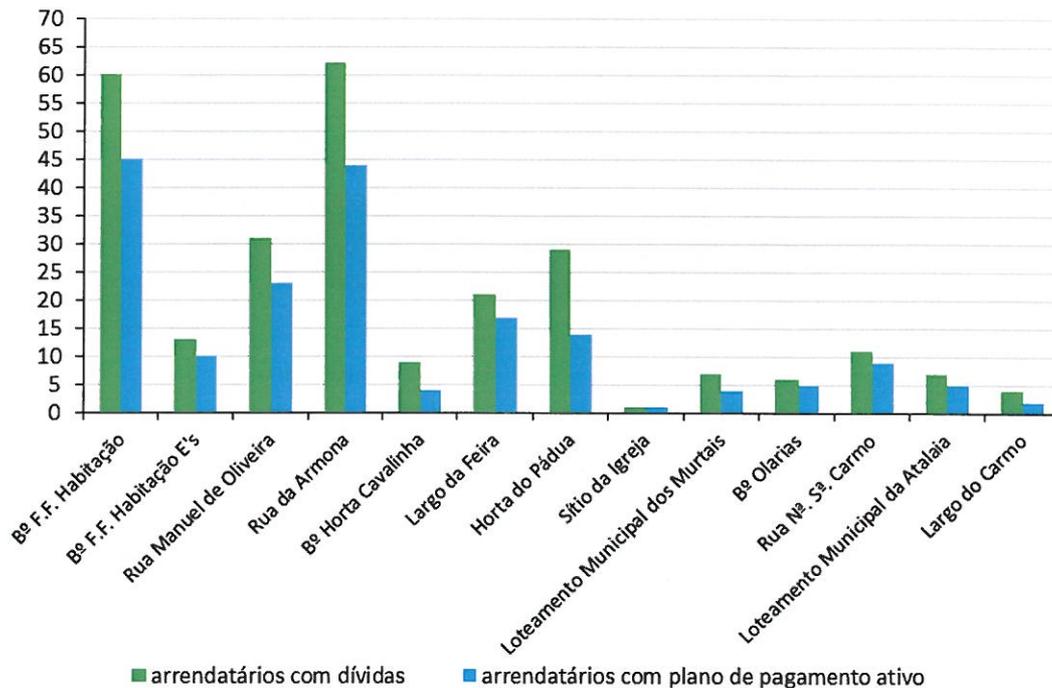
■ Ofícios enviados ■ Ofícios a enviar
 ■ Contactos telefónicos ■ Afixação de editais
Notificações de dívidas não prescritas

As notificações efetuadas resultaram na elaboração de 123 planos de pagamento de dívidas, correspondendo a 89% dos arrendatários notificados.



Distribuição mensal dos planos de pagamento

Apresentam dívidas de renda 261 arrendatários, distribuídos pelos vários bairros, sendo que a maior concentração de inquilinos com dívidas são moradores na Rua da Armonia e no Bairro Fundo de Fomento de Habitação, por serem estes bairros os de maior dimensão e com mais frações. Os arrendatários, que têm ativo plano de pagamento de rendas em dívida representam 70% dos devedores.



Arrendatários com dívidas de renda e planos de pagamento por bairro social em 31 de Dezembro 2015

Durante o ano de 2015 foram emitidas rendas, incluindo os montantes relativos aos planos de pagamento das rendas em dívida no valor de € 323.301,09 e recebido o valor de € 295.074,13, o que revela que cerca de 9% das rendas e dívidas emitidas não foram cobradas, durante o presente ano mesmo tendo em atenção o esforço efetuado através de notificações e telefonemas de reforço.

Obras de Manutenção

A gestão física do parque habitacional municipal requer uma resposta célere aos pedidos de reparação formulados pelos locatários (cerca de 300), o que ao longo do ano se traduziu em cerca de 100 pequenas e médias reparações efetuadas, sendo na sua maioria problemas de canalizações/entupimentos.

É de referir que as grandes reparações são efetuadas pela divisão de construção, manutenção e energia que devido à situação financeira da autarquia não tem conseguido dar resposta às solicitações. Nas habitações devolutas quando possível também em colaboração com a divisão referida, são efetuadas obras de remodelação.

Tendo-se verificado vários problemas com a proliferação de pragas, nomeadamente ratos e baratas no interior dos espaços comuns, procedeu-se à aquisição de serviços de desinfestação abrangendo 11 bairros sociais e 107 blocos habitacionais.

Elaboração do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitações Sociais do Município

No decurso do ano procedeu-se à elaboração do regulamento de atribuição e gestão das habitações sociais, de acordo com a legislação em vigor, referente ao regime de arrendamento apoiado, o qual foi aprovado pela deliberação camarária de 09/09/2015 e posteriormente submetido a consulta pública. Durante o ano de 2016 será submetido para deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Procedimentos para Celebração de Contratos

Iniciaram-se os procedimentos para a celebração de novos contratos de arrendamento apoiado, ao abrigo da nova legislação em vigor. Foram notificados os arrendatários da freguesia de Pechão no sentido de os informar e de solicitar os documentos necessários ao cálculo da renda. O procedimento não foi concluído, porque se aguarda a emissão das certidões de toponímia, uma vez que se verificaram alterações na denominação da rua e nos n.ºs de polícia.

Aplicação de Inquéritos em Bairros de Habitação Social

No ano de 2015, foram aplicados 275 inquéritos a famílias residentes nos bairros sociais do Fundo de Fomento de Habitação, da Rua Manuel de Oliveira e da Rua da Armona, realizados pela estagiária que se encontra ao abrigo do PEPAL, com o objetivo de caracterizar a população residente a nível socioeconómico, e de apresentar perspetivas de intervenção e de operacionalização de ações futuras.

A realização destes inquéritos permitiu ao serviço de ação social o conhecimento de várias situações e a atuação no acompanhamento das famílias e/ou na verificação de incumprimentos por parte dos arrendatários.

Gestão de Residências Partilhadas

Ainda no âmbito habitacional, a Divisão efetua a gestão das 2 Residências Partilhadas, propriedade desta autarquia, através da realização de ações de manutenção e conservação do edificado. Efetua também o acompanhamento dos 6 utentes integrados nestes espaços.

Procedimentos relativos ao incumprimento das obrigações por parte dos arrendatários

Durante o ano 2015, procedeu-se de acordo com a deliberação camarária à instrução de 4 processos referentes ao não uso da habitação em permanência por um período superior a 6 meses.

O não cumprimento da obrigação de utilizar a habitação em permanência é causa de resolução do contrato de arrendamento, pelo que os processos instaurados estão a decorrer.

No que se refere a dívidas de renda foram executadas 3 ações de despejo administrativo a arrendatários com dívidas em mora superiores a 2 meses e que não permaneciam na habitação, nem se pronunciaram quanto às notificações efetuadas pelo Município através de ofícios e editais.

Relativamente ao incumprimento de outras obrigações foram notificados os arrendatários tendo-se verificado a resolução de 5 contratos de arrendamento.

Constrangimentos dos Recursos Informáticos – Gestão de Habitação

Também ao nível da gestão da habitação social municipal continuaram a verificar-se várias lacunas no programa informático – gestão da habitação que não permitem extrair dados fiáveis para fornecer aos órgãos de gestão e como tal enviesam a realização de uma gestão eficiente e eficaz, bem como erros técnicos nos planos de pagamento das dívidas, as quais foram comunicadas à assistência técnica AIRC, que até ao momento vai dando resposta a questões pontuais, sem que os problemas sejam definitivamente resolvidos.

Rede Social

O desenvolvimento institucional concretiza-se através da Rede Social, que é um fórum de articulação e congregação de esforços entre os vários parceiros, cuja finalidade é combater a pobreza e a exclusão e promover o desenvolvimento social, através de soluções “próximas” das comunidades, privilegiando os recursos locais e a mobilização das entidades e população para a participação ativa na resolução de problemas.

Através do concelho social constituído por cerca de 67 parceiros provenientes de diversas áreas (7 destes, compõem o núcleo executivo) com representação obrigatória do Município, do Instituto de Segurança Social e de um representante das IPSS's, foram realizadas 3 sessões de plenário do CLASO, e 4 sessões do núcleo executivo.

Das sessões de plenário da CLASO aprovaram-se vários pareceres emitidos pelo núcleo executivo, relativamente a candidaturas apresentadas pelas instituições do concelho, mais especificamente a acordos típicos celebrados com a Segurança Social e Programa Escolhas (6ª geração), bem



como novas adesões de entidades que se propõem fazer parte desta parceria. Nestes plenários além dos pareceres obrigatórios são também apresentados vários programas de interesse para os parceiros.

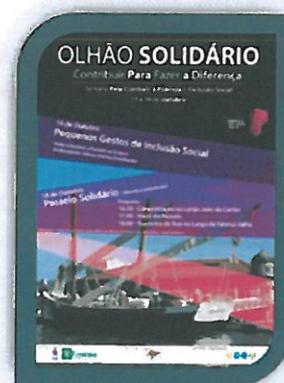
As reuniões do núcleo executivo realizadas tiveram como objetivo a monitorização do plano de ação anual, emissão de pareceres apresentados pelos parceiros, delinear o trabalho a realizar para a atualização do diagnóstico social e plano de desenvolvimento social e respetivo plano de ação, bem como a sua avaliação.

A Rede Social de Olhão tem ainda representação e participação nas reuniões do consórcio “Mais Sucesso”, aprovado no âmbito do Programa Escolhas, da responsabilidade da Associação MOJU.



Foi organizada a VII Semana do Bebê, com o tema “Bebês à Descoberta dos Sentidos”, que decorreu de 18 a 24 de Maio de 2015, incluindo o seminário técnico

que se realizou a 21 de Maio no Auditório Municipal e a feira que decorreu entre 22 e 24 de Maio.



O Município de Olhão assinalou, entre 10 e 18 de outubro, a “Semana pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social”, promovendo uma atividade no dia 16 desse mês, sob o tema “Contribuir para fazer a diferença”. A atividade “Lenda jogada” foi dirigida a alunos do pré-escolar e teve como objetivo a dinamização dos bairros históricos e do caminho das lendas como território educativo bem como sensibilizar as crianças para a problemática da pobreza e da exclusão social.

Ainda no âmbito da Rede Social, o Município de Olhão está também representado na Plataforma Supraconcelhia do Algarve que tem como objetivo reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio e centra-se na discussão e concertação produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social, cuja participação dos técnicos permite o conhecimento atempado das políticas sociais, bem como a troca de experiências.

No âmbito da atualização do diagnóstico e plano de desenvolvimento social (PDS) do concelho realizaram-se 4 workshops para o Planeamento de Projetos, nas áreas do “Empreendedorismo Social”, “Demências”, “Apoio Domiciliário” e “Intervenção com Jovens”, dinamizados pelo consultor que contaram com a presença de cerca de 50 pessoas representantes das entidades do CLASO.



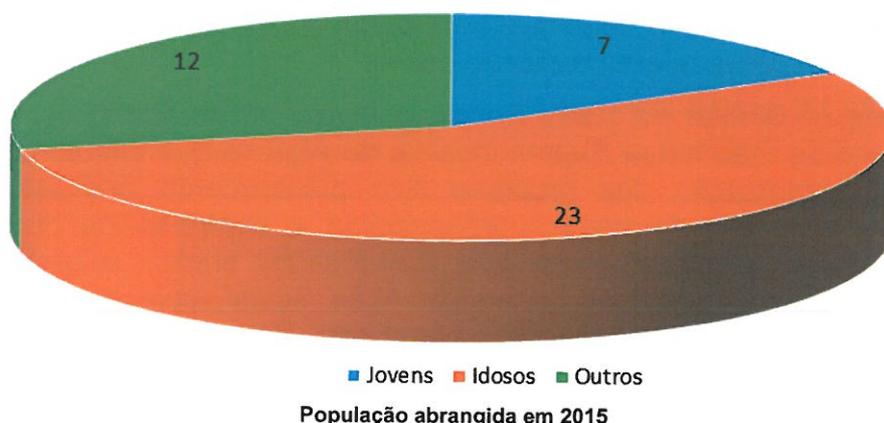
No final do ano de 2015, após várias vicissitudes com o consultor a quem foi adjudicado o Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social, o mesmo foi entregue, e aprovado em sede de CLASO, tendo o processo decorrido com a colaboração dos parceiros da Rede Social.

No âmbito da Rede Social, foi ainda estabelecida uma parceria com a EAPN tendo sido organizado um workshop com o tema “Intervenção e Integração de Comunidades Ciganas”, na Casa da Juventude, em Olhão, que contou a participação de aproximadamente 15 técnicos e uma formação “Angariação de Fundos” onde participaram cerca de 10 técnicos.

Fórum Técnico para a inclusão

O fórum técnico para a inclusão é uma parceria institucional que integra uma equipa multidisciplinar composta por profissionais das áreas da educação, saúde, emprego segurança pública, segurança social, serviços com intervenção social no concelho, instituições particulares de solidariedade social e autarquia. Tem como objetivo assegurar uma intervenção integrada em rede, no apoio à pessoa e à família, visando uma resposta rápida e eficiente, centrada na família e no utente, sem que o mesmo se desloque inicialmente a todos os serviços.

A organização, coordenação e participação no Fórum Técnico para a Inclusão é da responsabilidade do Município de Olhão, sendo que durante este ano se realizaram 9 reuniões, com cerca de 14 entidades representadas, tendo sido analisados 42 processos.



A população alvo desta intervenção é na sua maioria idosos, cerca de 55%, verificando-se um aumento significativo de 5 processos relativamente ao ano de 2014. São na sua maioria situações de isolamento e sem qualquer apoio familiar.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão

Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão (CPCJ), o Município é representado, por uma técnica superior, dois dias e meio por semana e disponibiliza uma assistente técnica, a tempo-inteiro. O acompanhamento de processos é consubstanciado através de atendimento personalizado, visitas domiciliárias e parcerias com diversas instituições, participação nas reuniões da Comissão na sua modalidade alargada e nas reuniões da Comissão na sua modalidade restrita que se realizam quinzenalmente.

Durante o ano de 2015 foram realizadas 5 reuniões da CPCJ na modalidade alargada e 40 reuniões da CPCJ na modalidade restrita.

Ao longo do ano foram efetuados cerca de 1750 atendimentos na CPCJ de Olhão que no final de 2015 apresentava um movimento processual de 450 processos, tendo sido efetuadas cerca de 90 visitas domiciliárias.



A CPCJ de Olhão participou em vários eventos, sendo de destacar o “mês de prevenção dos maus-tratos na infância”, que se assinalou no mês de Abril, sendo de realçar o “III Laço humano azul” que decorreu no dia 30 de Abril no jardim pescador olhanense e a exposição de “bonecas de pano pelos direitos da criança”, nas lojas do comércio local em

Olhão.

Realizaram-se também várias sessões de informação/ esclarecimento sobre o funcionamento da CPCJ em agrupamentos escolares do concelho e outras entidades; Fóruns Jovens com alusão a várias temáticas de relevância para os jovens com processo de promoção e proteção no sentido de favorecer fatores de proteção bem como reduzir comportamentos de risco e um workshop para técnicos no âmbito da Saúde Mental, que se realizou no Centro de Saúde de Olhão.

1.9 Desporto

Manutenção de equipamentos desportivos

No Complexo das Piscinas Municipais de Olhão foram investidos 6.349,40€ na reparação do tanque de compensação e 81.362,95€ na reparação do telhado. Construção de “ginásio ao ar livre” ascendeu aos 12.000€, incluindo a iluminação.

Durante o ano 2015 foram recebidos no Município 212 pedidos de intervenção para as infraestruturas desportivas. Estes pedidos foram

encaminhados para os departamentos competentes e mais de 62% dos pedidos foram prontamente resolvidos.

Apoio à Atividade Desportiva Formal

O Município de Olhão no objetivo de conceber uma estratégia de desenvolvimento desportivo cooperativo, em que exista um sentido mútuo de responsabilidade e um permanente propósito de colaboração institucional, celebrou durante o ano de 2015 contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Com esta atribuição de apoios, o Município de Olhão propôs-se reconhecer e dignificar o trabalho das associações, clubes e coletividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo municipal, segundo regras de isenção e transparência e sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos e a maximização da eficácia das atividades dinamizadas.

Nesta ótica e de acordo com os artigos, 7º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, a qual define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, e ao abrigo do regime constante no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro e em conjugação com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e em consonância com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Olhão, foram atribuídos em 2015 subsídios através de contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo tendentes a apoiar a atividade desportiva durante a época desportiva de 2014/2015.

CLUBE	Valor
4 ao Cubo	€ 27.687,50
Ass. Cultural Colégio Bernardette Romeira	€ 7.352,50
Movidance	€ 3665,00
Clube Desportivo Marítimo Olhanense	€ 22.650,00
Clube de Natação de Olhão	€ 4.550,80
Clube Oriental de Pechão	€ 20.650,00
Futebol Clube de Bias	€ 11.050,00
Ginásio Clube Olhanense	€ 49.080,00
Grupo Naval de Olhão	€ 14.035,00
Casa do Benfica de Olhão	€ 4.350,81
Lusitano Ginásio Clube Moncarapachense	€ 20.987,50
Esgrimalgarve	€ 6.322,84
Núcleo Sportinguista os "Leões de Olhão"	€ 233,75
Associação de Basquetebol do Algarve	€ 3.000,00
Sporting Clube Olhanense	€ 48.672,50
Clube Karaté de Olhão	€ 5.982,5
TOTAL	€ 249.410,00



Desporto para a Comunidade – Atividades para todos

O desporto/atividade física é um fenómeno com grande relevância social. Observando este facto, o Município durante o ano de 2015 desenvolveu vários projetos dirigidos, sobretudo, a franjas da população com maiores problemas de integração e de acesso à atividade física e desportiva. Assim surgiram e foram dinamizados projetos tais como:

- Vida com Ritmo – Ginástica Sénior

A atividade física promove a melhoria da qualidade de vida nos idosos, retardando o envelhecimento, evitando a atrofia muscular, favorecendo a mobilidade articular, evitando a descalcificação óssea e melhorando a contração cardíaca, além de que, diminui a possibilidade de enfarte, previne a obesidade, aumenta a capacidade respiratória, diminui o risco de coagulação sanguínea, melhora o funcionamento dos rins, melhora as relações sociais, aumenta a predisposição para o trabalho, colabora para o equilíbrio psicoafectivo e contribui para o exercício da cidadania. Considerando que desporto é Saúde o Município de Olhão, desenvolveu e dinamizou um programa de aulas de ginástica sénior em todas as freguesias. Tivemos durante o ano de 2015 um total de 409 participantes regulares nas aulas.

LOCAL	HORÁRIO	Nº INSCRITOS
Moncarapacho	Quartas e Sextas-feiras – 09h00m e 09h45m	69
Quelfes	Terças e Sextas-feiras – 9h30m e 10h15m	107
	Segundas e Quartas-feiras – 9h30m	
Fuseta	Terças e Sextas-feiras – 09h00m e 09h45m	68
Pechão	Segundas e Quartas-feiras – 09h30m	25
Olhão	Terças e Quintas-feiras – 09h00m e 09h45m	140
	Quartas e Sextas-feiras – 09h30m e às 10h15m	



. Marchas Passeio Algarve

Durante o ano de 2015 o Município de Olhão, disponibilizou aos Domingos, transporte, motorista e um Técnico (Professor de Educação Física) que acompanhou os marchantes do nosso concelho, pelas mais deslumbrantes paisagens da nossa região, descobrindo tesouros únicos, guardados nos mais belos cenários naturais do nosso Algarve, mobilizando mais de 1100 marchantes.

DATA	DESTINO
11-01-2015	Barão de S. João
18-01-2015	Pereiro
01-02-2015	Castro Marim
08-02-2015	Tavira
08-02-2015	Vaqueiros
15-02-2015	Faro
22-03-2015	Estoi
29-03-2015	Odeceixe
19-04-2015	Santa Bárbara de Nexe
26-04-2015	Sagres
03-05-2015	Silves
10-05-2015	Cachopo
17-05-2015	Ferragudo
24-05-2015	Giões
07-06-2015	Marmeleite
14-06-2015	Loulé
20-09-2015	Quarteira
27-09-2015	Carvoeiro
11-10-2015	Portimão
18-10-2015	Vila Real de St.º António
25-10-2015	Estoi
08-11-2015	Martim Longo
15-11-2015	Fuzeta
22-11-2015	S. Brás de Alportel
29-11-2015	S. Bartolomeu de Messines
06-12-2015	Alvor
13-12-2015	Albufeira

. Centro Municipal de Marcha/Corrida

Em Novembro o Município inaugurou o Centro Municipal de marcha corrida, desenvolvendo atividades de iniciação/aperfeiçoamento à marcha / corrida.

. Krakes de Rua

Durante o ano de 2015, o Município de Olhão deu continuidade ao projeto Krakes de Rua, pelo 7º ano consecutivo. Trata-se de um projeto destinado a crianças de ambos os sexos dos 6 aos 12 anos de idade.

O objetivo do projeto é através de formas lúdicas e jogadas, proporcionar aos jovens, aprendizagem do futebol num contexto de desenvolvimento das suas aptidões físicas, psíquicas e sociais. É sobretudo um projeto que visa a inclusão social, dirigindo a sua ação aos muitos meninos e meninas que gostam de jogar à bola e não estão integrados em nenhum clube ou associação. Durante o ano de 2015 permaneceram os 2 núcleos de treino, um na Escola EB1 do Largo da Feira e outro na Escola EB1 n.º4.



. Expressão Físico Motora

Este projeto foi iniciado em 2014, e no ano de 2015 contou com a participação de 656 alunos de todas as salas dos jardins-de-infância da rede pública do concelho de Olhão. Este projeto consiste em aulas (duas vezes por semana) de expressão físico-motora, com vista à promoção de hábitos de vida saudáveis dentro desta faixa etária.



. Adaptação ao Meio Aquático

Todas as turmas do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Olhão foram contempladas com aulas de natação no Complexo das Piscinas Municipais de Olhão.



Tempos Livres

O direito ao lazer e aos tempos livres é uma conquista dos dias de hoje a que o Município de Olhão dá grande importância, nesse sentido, organizou durante o ano de 2015 diversos eventos e atividades dirigidos à população Olhanense, dando especial enfoque aos programas dirigidos aos idosos e às crianças.

. Festa de Carnaval e Natal – Seniores do Projeto Vida com Ritmo

Com o objeto de promover a socialização e confraternização entre os seniores que frequentam as classes de ginástica foram realizadas durante o ano de 2015, 2 festas comemorativas (chá dançante) que contaram com a participação de cerca de 150 participantes em cada uma



. Passeios Seniores – Projeto Vida com Ritmo – Programa Mais Vida à Vida

O projeto "Mais Vida à Vida" iniciou-se no ano de 2001 e tem desde então permitido que a população, com idade igual ou superior a 60 anos, residente no concelho de Olhão, visite e conheça novas localidades, com enfoque especial para a descoberta do relevante património natural e construído.

Durante o ano de 2015 o Município de Olhão promoveu 12 passeios a 2 destinos, Alvito (12 passeios) na Primavera e Almodôvar (12 passeios) no Outono, que mobilizaram cerca de 1200 seniores do Concelho.

. Campos de Férias

Os Campos de Férias têm como objetivo proporcionar às crianças e jovens do concelho de Olhão momentos de diversão, ao mesmo tempo que estimulam aprendizagens e promovem hábitos de vida saudável recorrendo à prática de atividade física e proporcionando a interatividade entre os participantes.

Em 2015 realizaram-se 3 períodos de Campos Férias: Páscoa; Verão e Natal, com a participação total de 350 crianças.

. Cultura para todos

Hora do Conto – Atividade dirigida aos jardins-de-infância. Ouvir ler em voz alta, conversar sobre livros, desenvolve a inteligência e a imaginação. No corrente ano letivo, o Município de Olhão proporciona a todos os alunos do ensino pré-escolar da rede pública do concelho, visitas à Biblioteca Municipal, para momentos de leitura com a magia da palavra e outras atividades lúdicas que impliquem o contacto com os livros.

Ecoteca - Atividade dirigida a turmas do 1º e 2º ano do 1º ciclo do ensino básico.

Projeto 5 ao Dia – Atividade de educação alimentar a realizar no MARF. Dirigida a todas as turmas do 4º do 1º ciclo do ensino básico.



Museu Municipal - Atividade dirigida a todas as turmas do 3º do 1º ciclo do ensino básico.

"Sombras Cubistas" - No Museu Municipal, os alunos do 4º ano do ensino público vão realizar uma atividade que consiste em edificar através de elementos tipológicos da arquitetura cubista uma paisagem urbana da zona histórica de Olhão a partir das técnicas utilizadas nas sombras chinesas.

"Visitar e Desenhar" - No Museu Municipal, os alunos do 2º ano do ensino público vão ter a oportunidade de realizar a atividade "O que vêes no Museu". Será distribuído a cada aluno um pequeno caderno para poderem responder a algumas questões e desenhar uma peça do museu à sua escolha.

Apoio a outras entidades na organização de eventos:

- Marcha Solidária (09 de Maio)
- Marcha de Olhão (31 de Maio)
- Marcha Noturna de Olhão (06 de junho de 2015)
- II Corrida dos Pequeninos (07 de junho)
- Corta de Mato do Algueirão (05 de dezembro)
- Friday Run Marcha Corrida Noturna (11 de dezembro)
- Atletismo XXV Escalada ao Cerro de São Miguel (13 de dezembro)
- Marcha de Olhão (20 de Dezembro)
- Dia Europeu sem carros solidário
- Gincana Verde
- Estafeta de Chamada para os Jogos de Quelfes
- Jogos de Quelfes
- Encontro de Natação para Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)
- Corta-matos escolares dos 4 Agrupamentos e do Colégio Bernardette Romeira.

1.10 Cultura e Juventude

Espaços:

A Casa da Juventude (CJO) tem como principal oferta o apoio ao desenvolvimento de projetos de jovens ou de entidades vocacionadas para a juventude, nomeadamente o apoio gráfico e a disponibilização de espaços.

Durante 2015, foram efetuados um total de 982 apoios. Nas atividades regulares deu-se continuidade aos Clubes de Teatro e Desenho e BD. Ao nível das parcerias deu-se continuidade: aos ensaios dos jovens músicos do palco de talentos (com o apoio do professor de música Eduardo Patarata); à colaboração da produção do J-Jornal Juventude Artes e Ideias; apoio nas sessões de atividade de inserção dos beneficiários de RSI; apoio ao curso de DJ e produção de música electrónica.

A Biblioteca (BMO) tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades que se pretendem cada vez mais diversificadas, e de aproximação às diversas faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos, idosos e mais recentemente bebés), são exemplo disso: as visitas guiadas - dando a conhecer os serviços que estão à disposição do utilizador, a hora do conto sénior - uma atividade de animação da leitura dirigida aos lares de idosos e centros de dia do concelho, a hora do conto dirigida ao pré-escolar, entre outros. Deu-se continuidade às apresentações de livros, às exposições na galeria, e diariamente, ao acesso às estantes, internet e revistas/jornais.

O Museu (MMO) deu continuidade ao ciclo Conversas de Museu, conversas mensais em torno de temas predeterminados e de interesse geral, às visitas guiadas e às exposições temáticas. Deu ainda início à divulgação do caminho das lendas – um percurso pedonal que liga cinco dos principais largos da zona histórica de Olhão. Ao nível do serviço educativo, deu-se início às seguintes atividades: sombras cubistas – onde as crianças do 4º ano edificam, através de elementos tipológicos da arquitetura cubista, uma paisagem urbana da zona histórica de Olhão, com as técnicas utilizadas nas sombras chinesas, caça à peça – onde se pretende dar a conhecer aos alunos do 2º e 3º ciclos, o acervo patente no Museu.

Número total de entradas:

Ano	BMO	CJL	MMO	CJO
2014	57 580	3 446	2 719	4 258
2015	41 673*	3 527	8 336	5 585

* O equipamento não efetuou o registo de 25 dias no mês de novembro.

Atividades permanentes

Serviços disponíveis (ex. empréstimos, utilização de cybera, informação jovem, visitas a exposições).

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Serviços	89	10	25	12
Nº Utilizadores	22333	1534	1774	323



BMO: Colinho com Histórias



BMO: Hora do Conto



BMO: Exposições

Atividades regulares

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Atividades	66	35	20	29
Nº Sessões	213	71	59	121
Nº Presenças	6907	1579	1245	1013



MMO: visita ao Caminho das Lendas



MMO: Conversas de Museu



MMO : serviço educativo

Eventos

Eventos anuais, pontuais, esporádicos ou de periodicidade superior a um mês
(Ex. Conversas de Museu, Encontros com Escritores)

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Eventos	20	6	12	2
Nº Participantes	768	158	374	910
Nº Público	7	--	--	4000
Designação	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro com o escritor Afonso Cruz - Apresentação do livro "Subsídios para a história" de Fernando Pessanha - Apres. do livro "A antiga rota do chá e dos cavalos" de Jeff Fuchs - Sessão de Homenagem ao Poeta Manuel Madeira - Apres. do Livro "De mim para mim" - Teatro "Não faz mal ser diferente" - Biblioteca desloca-se aos Bairros Municipais - Apres. o do livro "As três fortunas do Lobo Lobão" - Apres. do Livro "Na mala do Imigrante" - Apresentação do Livro Arte Mental - Apres. do Livro Heróis à moda - Apres. Livro Aqui Xutos e Pontapés - Hora do Conto Serafim - Apres. Livro "Amor de mãe não tem número" - Ciclo de Cinema Robin Williams - Apres. Livro A segunda Primavera, Isabel Pery - Apres. Livro Ficou tanto por dizer - Apres. Livro "O Adeus a Angola" 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversando com Gonçalo Gomes 'A Paisagem' - Conversando com Ana e Paulo Moura 'A Pesca de Bivalves e Gastrópodes' - Conversando com Ana Arsénio 'Agricultura Biológica' - Plantar a Árvore - Dia aberto do PNRF - Semana do Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversas de Museu - Dia Internacional de Monumentos e Sítios - Dia do Pescador - Exposição "Olhão terra Cubista" – no âmbito da comemoração do dia 16 de Junho - Reunião RMA – Arqueologia - Visita guiada Programa COMENIUS - Palato - Dieta Mediterrânica 'Slow Med' 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição: 11 anos CJO - Residência Artística "Lendas de Olhão" - IVº MOSTRA-TE



CJO: Residência Artística 'Lendas de Olhão'



CJO: IV Mostra-te - Palco Aberto | Teatrão

Atividades transversais

Durante o ano de 2015, o Serviço de Cultura e Juventude, para além de manter as atividades de referência, realizou ainda outros eventos de grande dimensão:

- Mostra-te – Mês da Juventude, (1 a 31 de maio): um programa articulado em que participaram 34 entidades vocacionadas para a juventude, e que durante 31 dias mostraram a sua dinâmica, nas mais diversas áreas. Contou com um total de 910 jovens participantes, e estima-se um total de 4000 espetadores,

- Comemorações do 25 de Abril (15 a 26 de abril): programa de atividades e eventos para celebrar, enaltecer, dignificar e honrar a Revolução dos Cravos, passando sobretudo aos mais jovens as conquistas e liberdades que o 25 de Abril de 1974 nos proporcionou.

- 'Sai à Rua' (11 a 31 de julho): pretendeu-se oferecer, aos olhanenses, sugestões para desfrutar da melhor forma o tempo livre em pleno verão, com diferentes opções para saírem de casa e descobrirem, em vários locais da cidade, espetáculos de música, dança ou teatro, entre outras artes. Durante o mês de julho, entre festivais e arraiais, arruadas e alguns momentos improváveis, muitas foram as iniciativas que surpreenderam e contribuíram para o dinamismo de Olhão.

- 'Noites de Levante' (18 a 25 de agosto): uma iniciativa de animação de verão, com uma forte componente cultural, e um cartaz variado de música, dança, teatro e artesanato, que pretendeu dinamizar vários pontos da cidade com actividades de carácter lúdico-cultural, nomeadamente na zona ribeirinha. Estima-se um total de 3000 espetadores.



Noites do Levante: Farra
Fanfarra

Invasão Pirata

Mercado do Levante

- Encontro 'Poesia a Sul', (1 a 17 de outubro): esta iniciativa, comissariada pelo poeta olhanense Fernando Cabrita, trouxe ao concelho grandes nomes nacionais e internacionais da poesia, e contou com vários momentos de música, teatro, debates, apresentações, leituras, recitais e exposições, um por pouco por toda a cidade. De registar uma grande afluência aos eventos diários, nomeadamente, a forte adesão do público espanhol.



Encontro 'Poesia a Sul'

Parcerias

Atividades em parceria com outras entidades. Atividades propostas por entidades externas. Apoios a nível de cedência de espaços, serviços ou recursos.

	BMO	CJL	MMO	CJO
Nº Atividades	44	8	1	54
Nº Participantes	2124	218	50	1283
Nº Público	243	--	--	--
Designação (Parceiros)	<ul style="list-style-type: none"> - Palestra "Cancro, conhecer para prevenir" - Ria Formosa, a integridade do sistema lagunar - Colinho com Histórias RSI-CVP 	<ul style="list-style-type: none"> - Projecto Horta João Lúcio - Projecto 'As Cores do Meu Mundo' - Formação Bonsai 	<ul style="list-style-type: none"> - Dia de Consciencializaçã o contra a Pobreza (CMO: A. Social) 	<ul style="list-style-type: none"> - Jornal J - Curso de DJ - Palco de Talentos - Associação

BMO	CJL	MMO	CJO
<ul style="list-style-type: none"> - Reunião do grupo de Ação Costeira Sotavento Algarve - Assembleia Municipal - Batalha dos Livros: Bib. Escolares - Seminário: Agricultura, Pecuária e Indústria (IV) - Palestra: Provérbios - Visionamento de DVD - À conversa com... Paulo Morais - Visita guiada APATRIS - Jogos de Quelfes - Colinho com Histórias RSI-CVP - Palestra: Tarifa Social energia e gás - Reunião: Delegação de Olhão Ordem Advogados - Palestra: Cidadania - Hora do Conto - Palestra: Sessões de Provérbios BEscolares - Apres. Livro "As gravatas do meu pai" de Pedro Seromenho - Dia Cidade/atribuição nome BM - Reunião GAL Pesca - Sessão DECO - Reunião PCP - Reunião AMAL - Dia da Freguesia Olhão - Visionamento DVD - Sessão Deco "Água" - Proj. do Documentário Cowspiracy - Comemoração da Ass. de Angolanos Olhão - Universidade Sénior - Reunião Ação Social - Sessão TRANSPOLVO 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Ambiental PNRF - Curso de Iniciação à Identificação e Ecologia de Répteis e Anfíbios - Hotel de Insectos - Permacultura 		<ul style="list-style-type: none"> Âncora - Colaboradores CJO - Workshop de Efeitos Especiais (ESFFL)



1.11 Desenvolvimento Económico

Apoio ao empresário

Relativamente ao desenvolvimento económico foi prestado apoio à área das pescas, em particular, e nas outras atividades económicas, nomeadamente através de informações, aconselhamento e encaminhamento para as entidades competentes e sessões de informação.

O Município integrou a rede regional de parcerias de apoio ao desenvolvimento económico e social, cujo protocolo foi celebrado em junho e é sustentado em 3 tipologias de entidades presentes no território e que deverão articular-se de forma complementar:

- AMAL, a quem cabe a gestão e coordenação da rede, bem como a sua monitorização;
- Municípios, pontos de ignição empresarial, a quem compete a função de front-office, o que corresponde às funções de receção, triagem e encaminhamento para cada uma das entidades de apoio;
- Entidades de apoio, rede de mediadores especializados, à qual compete a orientação especializada e a resposta às necessidades dos empreendedores/ investidores.

Candidaturas

Muitos dos projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano foram concretizados com o recurso aos fundos comunitários, com cofinanciamentos ao abrigo do QREN 2007-2013.

As intervenções realizadas, que foram cofinanciadas ao abrigo do QREN, concretizaram-se através do programa operacional regional, com o



apoio do FEDER, cujos objetivos estão relacionados com a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões.

No âmbito dos projetos do município candidatados aos fundos comunitários, no que respeita a reprogramações, pedidos de pagamento e relatórios anuais, foram acompanhadas 6 candidaturas, de acordo com o Quadro N°1. Neste quadro, foram incluídas mais 2 candidaturas – “Requalificação dos Largos da Zona Histórica” e “Estudo da Mobilidade” – porque, ao nível da receita, o município recebeu, durante o ano de 2015, os valores correspondentes às respetivas retenções finais.

No entanto, para além das candidaturas referidas, houve necessidade de acompanhar outras, já concluídas no ano de 2014, procedendo a todas as formalidades e procedimentos necessários no âmbito de auditorias e relatórios finais.

No âmbito do Programa Operacional POAlgarve 21, durante o ano de 2015, o município realizou um investimento no valor de € 578.339,66. Neste valor, e contrariamente aos anos anteriores, não se incluem quaisquer investimentos de natureza corrente.



Paralelamente, o município obteve financiamento comunitário, proveniente do FEDER, no valor de € 358.926,58.

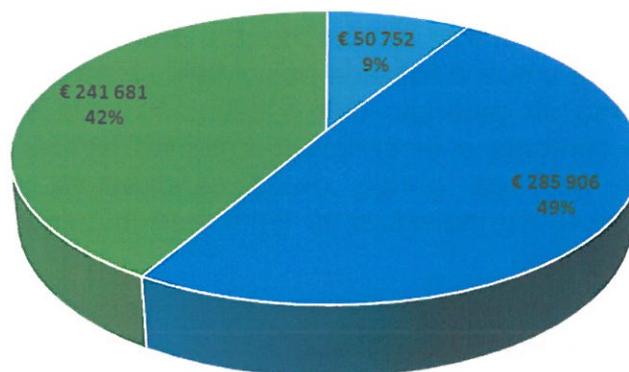
O financiamento referido permitiu ao município dar continuidade à sua política de investimentos em áreas tão diversas como a modernização administrativa o reequipamento estratégico da proteção civil ou em instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Investimento 2015

	INVESTIMENTO	FEDER
<i>Programa de Ação Integrado de Valorização do Centro Histórico e da Frente Ribeirinha de Olhão</i>		
Plano de Pormenor	€ 50.752	€ 11.546
Requalificação dos Largos		€ 8.542
TOTAL	€ 50.752	€ 20.088
<i>Algarve Central</i>		
Energias Renováveis	€ 11.993	€ 4.284
Museus em Rede	€ 5.922	
Simplex Autárquico	€ 20.724	
Estudo da Mobilidade		€ 3.279
Municípios do Algarve Central em rede	€ 247.267	€ 146.524
TOTAL	€ 285.906	€ 154.087
<i>Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve</i>		
Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve	€ 241.681	€ 184.751
TOTAL GERAL	€ 578.339	€ 358.926

Como se pode verificar, o investimento realizado está concentrado em apenas 2 candidaturas: “Municípios do Algarve Central em Rede (SAMA)” e “Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve”. Na primeira, a maioria do investimento foi executado na área da informática, com a construção do Data Center e com a aquisição de diversos equipamentos (hardware). Na área da Proteção Civil, o município procedeu à aquisição de

uma viatura – VUCI (veículo urbano de combate a incêndios) para os Bombeiros Municipais.



■ PRU ■ Algarve Central ■ Proteção Civil

Investimento 2015

O Plano de Pormenor do Centro Histórico, única candidatura do PRU que não foi concluída, constitui o elo de ligação entre o Programa de Ação e o planeamento integrado do Centro Histórico da cidade. Esta candidatura teve uma taxa de execução na ordem dos 83%.

Plano de Pormenor do Centro Histórico

DESIGNAÇÃO	INICIO	FINAL	VALOR ELEGÍVEL	FEDER	INVESTIMENTO EXECUTADO	TAXA DE EXECUÇÃO
Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico	25-03-2008	30-09-2015	€365.217	€237.391	€302.268,01	82,76%

A morosidade na conclusão do projeto está diretamente relacionada com a sua natureza, pois são procedimentos que exigem muitas formalidades, nomeadamente com a necessidade de diversos pareceres de entidades externas e processos de consulta pública, em várias fases.

Relativamente à parceria entre os Municípios de Faro, Loulé, Olhão, Albufeira, S. Brás de Alportel e Tavira, designada por Algarve Central – Uma Parceria Territorial, contempla ações no âmbito da cultura, modernização administrativa, eficiência energética e planeamento estratégico.

No que respeita às candidaturas da área da modernização administrativa, durante o ano de 2015, foram consolidados alguns investimentos, designadamente na área da informática com a aquisição do Data Center, que vem conferir uma grande segurança e rapidez no armazenamento e processamento da informação, contribuindo para serviços mais eficientes, nomeadamente ao nível do atendimento no Balcão Único.

Paralelamente, foram adquiridos novos equipamentos para a renovação do parque de computadores, em áreas e serviços que são fundamentais para melhorar o serviço prestado ao munícipe.

Além da parceria existente com os municípios do Algarve Central, o município fez parte de outra, no âmbito da proteção civil, com todos os municípios do Algarve e que é liderada pela AMAL. Esta candidatura permitiu o investimento na área da proteção civil e culminou com a aquisição de uma viatura urbana de combate a incêndios, permitindo renovar a frota existente. Convém salientar que, ao abrigo desta candidatura, além de diversos equipamentos de proteção individual, já tinha sido adquirido outra viatura, um veículo de comando tático.

Já no âmbito do Portugal 2020, e mais concretamente ao abrigo do Programa Operacional Regional – CRESC 2020, inserido no Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o Município integrou o Grupo de Ação Local – interior do Algarve Central, sendo a In-Loco a entidade gestora, tendo a estratégia sido aprovada. Os territórios abrangidos por esta estratégia, no caso do concelho de Olhão, são as freguesias de Pechão e União de Freguesias de Moncarapacho-Fuseta.

Também inserido no Portugal 2020, no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no final do ano, o município formalizou uma candidatura que permite financiar os atuais estágios ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública (PEPAL). Caso a candidatura venha a ser aprovada, as bolsas dos 3 estagiários que desempenham funções no município serão totalmente financiadas pelos fundos comunitários.

Ainda no final do ano, o município formalizou uma candidatura ao Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. Esta candidatura, com o título Fortificaciones de la frontera marítima europea, sus personajes históricos y su vinculacion com América e acrónimo FRONTEMAR, resulta de uma parceria entre os municípios de Olhão, Lagos e Lepe, na qual Lepe assume a liderança.

Caso a candidatura seja aprovada, pretende-se proceder a obras de recuperação e requalificação de 2 atalaias – Bias e Quatrim, estruturas quinhentistas que se encontram num processo avançado de degradação e que tiveram uma importante função na vigia da costa marítima. Posteriormente, serão criados percursos pedestres e de BTT, sinalética e conteúdos educativos.

Também ainda no âmbito deste projeto, pretende-se proceder a uma replicação virtual da estrutura original do forte de São Lourenço, bem como o seu enquadramento no contexto natural, onde a Ilha da Armona tem um papel preponderante.

A construção do Forte data de 1653, mas não existem estruturas físicas visíveis. Em 2007 foi feito um levantamento que permitiu identificar os alicerces em madeira, que se encontram soterrados e, na sequência dos trabalhos

arqueológicos realizados entre 2006 e 2011, conseguiram identificar-se três bocas-de-fogo em ferro, visíveis na maré baixa.

GAC Sotavento do Algarve

O Grupo de Ação Costeira (GAC) do Sotavento Algarve, criado ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007-2013, eixo 4 – “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”, apoiou a implementação de projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da zona costeira do Sotavento do Algarve, este grupo é uma parceria entre entidades públicas e privadas.

O GAC do Sotavento do Algarve teve uma dotação aprovada referente à componente do Fundo Europeu das Pescas (FEP) de € 3.739.112 para apoio às comunidades piscatórias.

No âmbito do GAC foram aprovados até final do ano de 2015, trinta e seis (36) projetos, que representam um valor total de investimento de € 4.093.169,04, correspondendo a € 943.230,35 de participação privada e € 3.149.938,70 de participação pública com um cofinanciamento do FEP de € 2.362.454,08.

No quadro 3 estão caracterizadas as candidaturas aprovadas por ação:

Candidaturas aprovadas por ação

CANDIDATURAS APROVADAS	Nº CANDIDATURAS	VALOR PROPOSTO EM CANDIDATURA (FEP)
Ação a) Reforço da competitividade das zonas de pesca e valorização dos produtos	23	1.022.696,47
Ação b) Diversificação e reestruturação das atividades económicas e sociais	6	€ 454.067,21
Ação c) Promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades	7	€ 885.690,40
TOTAL	36	€ 2.362.454,08

Dos projetos aprovados, quinze (15) inserem-se no concelho de Olhão com uma previsão de criação de dezasseis (16) postos de trabalho e a manutenção de onze (11).

O GAC Sotavento esteve presente na exposição Blue Week Lisbon 2015, com um stand de divulgação das suas atividades, assim como nos seminários e colóquios realizados no âmbito da mesma.

Também participou num dos seminários da Maralgarve Expo onde um técnico do GAC Sotavento foi um dos oradores.

Houve ainda a participação no seminário “Investir no Atlântico” e no debate “A Europa e o Mar” realizados pela Universidade do Algarve.

GAL Pesca - Sotavento do Algarve

Foi efetuada no decorrer do ano 2015 uma candidatura para implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Costeiro para o Sotavento do Algarve, no âmbito do Programa Operacional Mar 2020 (Mar2020), onde o Município de Olhão continua, à semelhança do que aconteceu no quadro comunitário anterior (PROMAR), a ser o Parceiro Gestor do, agora denominado, Grupo de Ação Local Pesca – Sotavento do Algarve. Esta candidatura teve a sua aprovação ainda durante o ano de 2015, com o seu reconhecimento a 23 de Novembro e uma dotação financeira de 3.589.506,00 euros. Este valor é assegurado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 em 2.989.506,00 euros do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020 em 300.000,00 euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e de 300.000,00 euros do Fundo Social Europeu (FSE).

Outras atividades

Simultaneamente, continuou a ser prestado apoio aos viveiristas e pescadores, não só no auxílio à instrução de pedidos de pagamentos dos projetos que ainda decorrem, como também a dúvidas existentes relativamente à atividade da pesca e aquicultura.

Foi efetuado o levantamento dos utilizadores dos apoios de pesca existentes da Fuzeta, assim como o seu estado de conservação.

O Dia do Pescador foi celebrado no dia 31 de Maio, através de um conjunto de eventos tais como a exposição intitulada “Na Faina, D’Aqui Além...”, uma mostra de hambúrgueres de cavala, a cerimónia de entrega de distinções aos profissionais do sector das pescas, pelo mérito do seu desempenho e ainda uma manhã aberta na Estação Piloto de Piscicultura de Olhão.

1.12 Bombeiros Municipais e Proteção Civil

No âmbito das atribuições do Município de Olhão nas matérias de Proteção e Socorro e Proteção Civil, nomeadamente as Leis n.º 27/2006 de 3 de julho, alterada e republicada pela n.º 85/2015, de 3 de agosto, n.º 65/2007, de 12 de novembro, n.º 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação vigente, e de acordo com a sua estrutura orgânica Municipal, possui um Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil, onde estão incluídos o Corpo de Bombeiros Municipais e o Serviço Municipal de Proteção Civil, e tendo no ano de 2015 sido constituído o Gabinete Técnico Florestal.

Serviço Municipal de Proteção Civil



O Serviço Municipal de Proteção Civil conforme a legislação vigente que define o enquadramento Institucional e Operacional e a organização do Serviço Municipal, bem como os seus objetivos e domínios de atuação, durante o ano de 2015 executou as atividades a seguir designadas.

- Apoiou tecnicamente a Administração do Município de Olhão;
- Participou nas reuniões de Coordenação entre o CDOS de Faro e os SMPC;
- Promoveu reuniões de coordenação com os serviços do Município de Olhão;
- Atualizou os meios e recursos;
- Atualizou a Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Acompanhou todas as ocorrências no âmbito da proteção e socorro no Município de Olhão e adjacentes;
- Apoiou tecnicamente a elaboração de cenários para os simulacros promovidos por entidades no âmbito da Segurança Contra Incêndio em Edifícios - SCIE;
- Participou como observador nos simulacros promovidos por entidades no âmbito do no âmbito da SCIE;
- Participou na preparação e nos exercícios de evacuação das escolas do Concelho;
- Colaborou na implementação e na operacionalização das medidas de auto proteção nos edifícios Municipais;
- Realizou ações de sensibilização nas escolas, e Freguesias do Município;
- Realizou de ações de sensibilização às entidades integrantes da rede de ação social;
- Promoveu no Dia da Proteção Civil - 1 de Março a ação: "quartel aberto";
- Divulgou a informação relativa às medidas de autoproteção de acordo com os Comunicados Técnico Operacionais – CTO, divulgados pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro – CDOS e informação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA;
- Informou permanentemente o cidadão com as medidas de autoproteção, no site do Município, de acordo com os avisos meteorológicos;
- Realizou as ações constantes dos Planos para condições meteorológicas extremas (frio e calor);
- Colaborou nas ações promovidas pelos Agentes de Proteção Civil;

- Colaborou nas ações promovidas pelo CDOS-Faro;
- Apoiou ações promovidas por outras entidades no âmbito da proteção civil.

Abaixo descrevem-se mais pormenorizadamente algumas das atividades anteriormente enunciadas:

- Exercício de evacuação da Escola Secundária

No mês Fevereiro realizou-se um exercício de evacuação da escola secundária Francisco Fernandes Lopes. Este exercício pretendeu testar o plano de emergência e evacuação, bem como a primeira intervenção dos funcionários do estabelecimento.



- Exercício Público de Preparação para o Risco Sísmico - A TERRA TREME – 2015

No dia 06 de Novembro às 11.06h realizou se o exercício publico de âmbito do risco Sísmico – A TERRA TREME, o qual no âmbito municipal teve uma considerável adesão nomeadamente nos serviços públicos, escolas, consolidando cada vez mais o conceito de cultura de prevenção para uma sociedade mais segura, uma vez que Somos Todos Proteção Civil.



- Implementação e na operacionalização das medidas de auto proteção nos edifícios Municipais / Segurança contra Incêndios em Edifícios Municipais

O Corpo de Bombeiros conjuntamente com os Serviços Municipais competentes, realizam a manutenção de todos os Edifícios Municipais, o que se traduz na revisão e manutenção de centenas de extintores, bem com garante em permanência a sua capacidade de combate a incêndios com este tipo de agente extintor nos seus veículos e atividades.

Também foram concretizadas as implementações da Medidas de Auto Proteção (MAPs) nos edifícios Sede, Parque de Estacionamento subterrâneo, Auditório, Biblioteca, Municipal, onde teve um papel fundamental nas ações de sensibilização e treino prático das equipas de 1.^a Intervenção constituídas por funcionários do Município, no qual resultou em 7 ações práticas de utilização de cartéis e extintores para 106 funcionários do Município.

Esta atividade encontra-se regulada pela legislação vigente, nomeadamente a Segurança Contra Incêndios em Edifícios.



- Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal foi formalmente constituído no ano de 2015. De acordo com legislação em vigor e as suas obrigações legais, o Gabinete Técnico Florestal do desenvolve ações de Defesa da Floresta contra Incêndios e promove tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município, neste sentido foram realizadas as atividades abaixo referidas.

- Apoiou tecnicamente e administrativamente a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Olhão - CMDFCI;
- Promoveu reunião com a CMDFCI;
- Atualizou a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Participou nas reuniões entre o ICNF e os Gabinetes Técnico Florestais do Algarve;

- Apoiou a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Olhão que obteve parecer favorável, em reunião da Comissão Municipal de Defesa da floresta de Olhão realizada em 16 de Dezembro 2015, tendo sido remetido para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas - ICNF para aprovação;



- aborou candidatura aos apoios nacionais no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente Fundo Florestal Permanente: apoio ao funcionamento dos GTF;
- Realizou ações de sensibilização/ informação relativas aos cuidados a ter com a floresta e o uso do fogo junto da população nas várias freguesias do concelho.





Corpo de Bombeiros Municipais



O Corpo de Bombeiros conforme a legislação vigente e de acordo com a suas missões, garante com prontidão de 24 horas 7 dias a Proteção e Socorro do Concelho de Olhão, e o reforço operacional em toda a região do Algarve quando solicitado, nomeadamente nas operações de maior envergadura, correspondendo a atividade operacional do ano de 2015 a referente ao Gráfico 1.

Para dar resposta as missões atribuídas o Corpo de Bombeiros os seguintes meios e recursos;

Pessoal - Quadro de Comando 1 elementos; Quadro Ativo 68 elementos; 13 novos estagiários; 34 elementos da Fanfarra; e 1 elementos no Quadro de Honra.

Veículos – 27 veículos (ambulâncias, veículos de Combate; veículos especiais, veículos de apoio e transporte, 2 embarcações e 2 semireboques e 1 reboque.



- Aquisição de veículo Urbano de Combate a Incêndios - VUCI

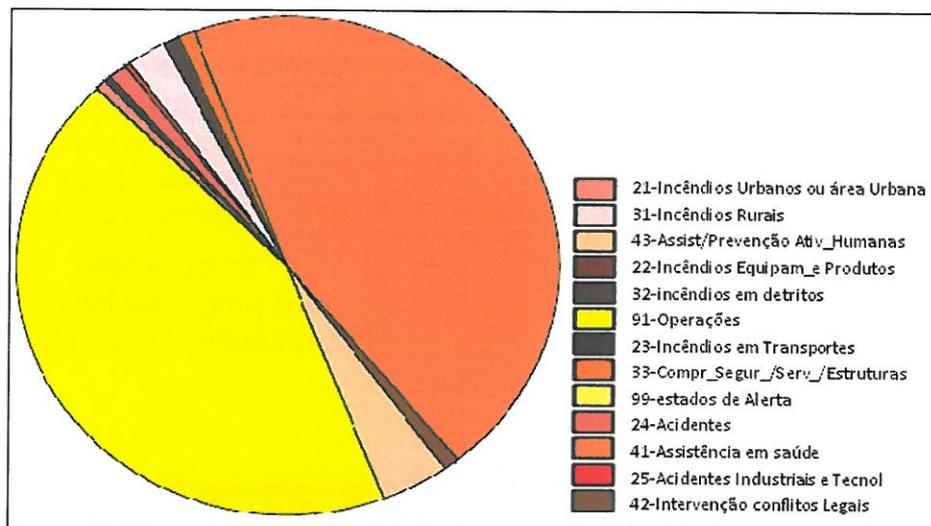
A aquisição do veículo resultou de uma candidatura de Reequipamento Estratégico do Algarve, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, e concretização do Município de Olhão, no âmbito do PO ALGARVE 21.

O veículo cumpre a nova norma Europeia do EURO 6, no que diz respeito chassis e motor (ainda mais amigo do ambiente), e obedece rigorosamente, a todas as normas Portuguesas neste tipo de veículos de Bombeiros, é composto por uma cabina para equipa de seis Bombeiros e superestrutura, com tanque de agente extintor de 2000 Litros de água, e 100 litros de espumífero, bomba de serviço de incêndio, carretel, equipamentos de extinção e supressão, hidráulicos, elétricos, de sapador, de salvamentos e desencarceramentos, comunicações da Rede Operacional Bombeiros e Siresp, GPS, ARICAS de compósito de carbono e APS, diversos materiais e equipamentos para estabilização de sinistrados, e demais materiais e equipamentos necessários á supressão de incidentes na operações de proteção e socorro, realizadas pelos Bombeiros.

Possui ainda uma Câmara Térmica, e um Desfibrilhador Automático Externo – DAE, um detetor de multigases, estação meteorológica, portáteis

O veículo destina-se «prioritariamente à intervenção em espaços urbanos, tecnológicos ou industriais, podendo intervir em operações de desencarceramento, de acordo com os protocolos estabelecidos»





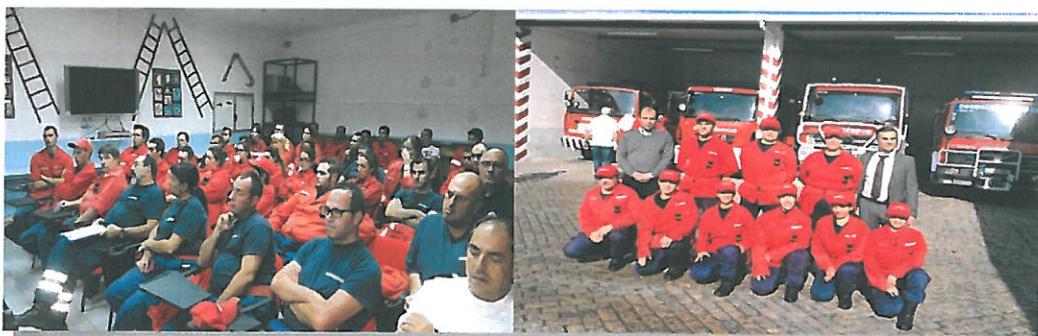
- Formação e instrução/Treino/Qualificações

De forma a garantir e aumentar o grau de qualificações necessárias para que os Bombeiros possam desempenhar as suas funções foram ministradas ao efetivo do Corpo de Bombeiros as seguintes ações no Quadro em anexo, para além das qualificações profissionais tais como Cartas de Condução de veículos Ligeiros, pesados, semi-reboques, embarcações, sendo os seus custos suportados pelo Município de Olhão

CORPO DE BOMBEIROS DE OLHÃO		
FORMAÇÃO CERTIFICADA PELA ENB E OUTRAS ENTIDADES NO ANO DE 2015	CARGA HORÁRIA	Nº FORMANDOS
INGRESSO NA CARREIRA DE BOMBEIRO		
Tripulante de Ambulância de Transporte	50	10
Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	50	19
APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO		
Incêndios Florestais - nível 2	25	4
Incêndios Florestais - nível 1	50	4
Recertificação TAT (RTAT)	25	36
Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	210	12
Recertificação TAS (RTAS)	35	8
Incêndios Florestais Nível 4	50	1
Segurança e comportamento de Incêndios Florestais	25	1
Consultadoria Gestão Incidentes Críticos	14	1
FORMAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO		
Técnicas de Utilização de Ferramentas Mecânicas em I. F.	16	1
SGO em Incêndios Florestais - 1ºCOS	8	6
Técnicas de Utilização de Ferramentas Manuais	16	2
Equipas de Reconhecimento e Avaliação - ERAS	8	3

O Corpo de Bombeiros também possui um Plano de Instrução/treino devidamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, em que diariamente os Bombeiros o executam internamente com a carga horária de 1510 horas anuais nas diferentes áreas tais como Instrução contínua/Treino, Educação Física e Desporto, Instrução de Infantes Cadetes e Fanfara.

No passado mês de Dezembro foram empossados nove novos Bombeiros Voluntários que concluíram o respetivo programa de concurso com aproveitamento, os quais passaram a integrar o respetivo Corpo ativo.



- Comandante Operacional Nacional visita Corpo de Bombeiros de Olhão

O Comandante Operacional Nacional – CONAC, acompanhado pelo Comandante Operacional de Agrupamento Distrital - CADIS realizou pela primeira vez uma visita ao Corpo de Bombeiros de Olhão, no qual desejou pessoalmente as melhores felicidades a todos os elementos nomeadamente do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, bem como se inteirou dos principais constrangimentos/dificuldades que o CB possui



- Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais – DECIF 2015

O Corpo de Bombeiros integrando o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e na fase de maior incidência de incêndios Florestais participou na Fase Charlie no período compreendido entre 01 de Julho e 30 de Setembro com três equipas (1 Brigada) com 12 homens e respetivos veículos de combate VFCI e VTGC, com prontidão imediata 24h/7d, tendo sido nesse período preposicionada em Moncarapacho uma das equipas de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de uma maior de segurança nas populações, nas Freguesias mais distantes da sede do Município, através de Protocolo celebrado entre todos os Municípios da Região Entidades Detentoras dos CB e ANPC



- Equipa de Logística para Apoio a Operações

Nos três meses na Fase Charlie, o Corpo de Bombeiros irá testar a operacionalidade da nova equipa logística para apoio às operações de proteção e socorro no Município de Olhão, constituída por dois veículos de apoio e até cinco bombeiros. Este novo projeto visa proporcionar as condições necessárias à sustentação das operações de socorro, tendo capacidade para a alimentação de 50 operacionais, suprimindo desta forma uma carência verificada no passado, podendo no futuro ser alargada a outras valências, nomeadamente repouso e recuperação física e psicológica dos Bombeiros.



- Brigada de Emergência Pré-Hospitalar

Nos meses de julho, agosto e setembro o Corpo de Bombeiros operacionalizou uma nova Brigada de Emergência Pré-Hospitalar com o objetivo de dar uma resposta ainda mais eficiente e com grande versatilidade, mobilidade e autonomia a acidentes graves ou catástrofes, nomeadamente com multivítimas, constituída por 12 bombeiros devidamente equipados e formados, três veículos e um reboque, podendo esta configuração ser aumentada conforme o cenário, com todo o equipamento necessário ao reforço dos teatros de operações nos momentos iniciais aos incidentes.



Esta equipa já efetuou o seu primeiro teste operacional no acidente verificado no dia 17 de junho, na A22, envolvendo um pesado de passageiros, tendo sido integrada no grupo de reforço num total de 31 bombeiros e 12 veículos (7 ambulâncias e cinco viaturas de apoio).

- Dispositivo de Prevenção na Ilha da Armonia 2015

O Corpo de Bombeiros no âmbito das suas competências e responsabilidades no período de maior incidência na época Balnear dotou o Destacamento da Ilha da Armonia de 2 Bombeiros no período diurno, de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de maior segurança nas populações e visitantes, face às especificidades da Ilha da Armonia



A Ilha da Armona, também continuou a ser dotada de um Desfibrilhador Automático Externo DAE, através de acordo com o INEM, considerando que os Bombeiros são todos operacionais de DAE e devidamente enquadrados.

Este equipamento será uma mais-valia num local com as vicissitudes inerentes ao facto de se estar numa ilha.

No âmbito da segurança contra incêndios a Ilha da Armona também começou a ser dotada pela primeira vez de armários com cartéis e extintores portáteis para a primeira intervenção, bem como melhoramentos nos hidrantes (bocas de incêndios) existentes



- Apoio ao Transporte Escolar 2015

O Corpo de Bombeiros apoiou através dos seus meios especializados o transporte escolar de alunos com dificuldades de locomoção, nomeadamente aqueles que necessitam de cadeiras de rodas, tornando desta forma mais fácil o acesso diariamente à escola.



APOIO DO CORPO DE BOMBEIROS AO TRANSPORTE ESCOLAR 2015

Nº de Transportes	Km percorridos	Horas de Serviço	N.º de Bombeiros envolvidos
708	9,612km	948h.14m	1.280 Bombeiros

- Melhorias nas instalações afetas ao Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil

No ano de 2015 foram concluídas as obras de reparação, conservação e melhoramentos no edifício do Quartel dos Bombeiros, onde se incluíram a reparação da cobertura poente, o Município procedeu a aquisição dos materiais e os Bombeiros realizaram os respetivos trabalhos de beneficiação.



Os Bombeiros passaram a dispor de duas novas valências imprescindíveis a sua atividade, com a concretização pelos Bombeiros de condições para instalação de uma Sala do Exercício exemplarmente apetrechada com os equipamentos necessários para a manutenção e melhoria da condição física, e que conta também com o respetivo acompanhamento de um técnico, na avaliação física e na elaboração dos planos individuais de treino dos Bombeiros.



Da mesma forma foi possível a instalação de uma Lavandaria que permita a lavagem e desinfeção de todos os uniformes e equipamentos, terminado desta forma com a necessidade que os próprios Bombeiros tivessem que efetuar as lavagens dos mesmos nas suas residências, sendo possível para além da lavagem e higienização das peças faciais dos Aparelhos

respiratórios, também permite o restauro da proteção dos equipamentos de Proteção Individual – EPI de Espaços Naturais e Urbanos



- Fanfara do Corpo Bombeiros representa o Município

A Fanfara do Corpo de Bombeiros para além das diversas cerimónias ao nível do Concelho de Olhão como as comemorações do dia 25 de Abril e dia 16 de junho (Dia da Cidade), entre outras, realizou também as mais diversas representações nos diferentes Municípios do Algarve e fora da Região.

Constituída exclusivamente por cerca de três dezenas crianças e jovens com idade compreendidas entre os 10 e 30 anos, estritamente integrados no regime de voluntariado, iniciam desta forma a sua atividade no Corpo de Bombeiros sendo que um número significativo destes elementos posteriormente transita para atividade operacional do Corpo de Bombeiro, é atualmente das únicas existentes nos Corpos de Bombeiros da região do Algarve



- Atividades no âmbito Desportivo e Social;

O efetivo do Corpo de Bombeiros participou no ano de 2015, em diversas atividades de âmbito desportivo e social, nomeadamente, atletismo, futebol de salão, concretizando e reforçando desta forma o espírito de

camaradagem e de equipa, e a inerente melhoria da condição física dos Bombeiros



1.13 Toponímica

A toponímia tem um papel de grande importância, contribuindo de forma decisiva e significativa para a organização e orientação dos serviços e pessoas no espaço urbano. A toponímia tem também uma função histórica, uma vez que tem a capacidade de resgatar do esquecimento popular determinados elementos que por vezes já se encontram esquecidos há muito.

No sentido de melhor corresponder às necessidades da população e de cumprir o regulamento em vigor, no ano de 2015 foram atribuídos aos arruamentos do concelho, os seguintes topónimos:

Praceta Sophia Mello Breyner

Praceta Ary dos Santos

Rua do Siroco

Rua Dr Francisco Inácio Reis

Rua Dr Arnaldo de Assunção Matos

Rua Dr João Vicente Mercante Ferro

Rua da Manageira

Rua do Soldador

Rua do Serralheiro

Rua do Mestre de Pesca

Rua do Maquinista

Rua do Mestre Redeiro
Rua das Operárias Conserveiras
Rua do Pedro Zé
Rua Escola do Futebol
Beco Laura Murta
Rua dos Salgueiros
Rua das Oliveiras
Rua das Acácias
Rua Jacarandá
Rua dos Ciprestes
Rua das Figueiras
Rua das Giestas
Rua dos Pinheiros
Rua das Amendoeiras
Rua das Cotovias
Rua do Alto da Pinheira
Rua do Regedor
Beco do Regedor
Travessa D. João VI
Rua João Correia
Rua Tapa-Esteiro
Rua Caminho de Ferro
Largo dos Mariscadores
Rua José Damásio dos Santos
Beco Manuel Arriaga
Rua Raúl Martins Veríssimo
Rua Manuel Teixeira Gomes
Rua João Viana Cabrita
Rua José Amâncio Correia Júnior
Rua José dos Reis Silva
Rua Custódio Domingos Pereira Neto
Rua Domingos Xavier Pereira
Rua José Maria Pádua (filho)

Rua Maria Eduarda Gonzalo
Beco Maria Eduarda Gonzalo
Rua Alberto Lopes
Praça Alberto Lopes
Rua Zulmira Lopes das Neves
Beco João Miranda Trigueiros
Rua João Brás
Largo João Brás
Rua do José Botelho
Rua das Laranjeiras
Beco das Laranjeiras
Beco do Paraíso
Rua Rosa dos Ventos
Rua da Bela Vista
Rua das Amendoeiras
Rua da Arte Nova
Rua Cruz Vermelha Portuguesa
Rua João Lobo Miranda Trigueiros

Foi atribuída a consequente numeração de polícia aos locais mencionados e aos arruamentos: Rua Dr. José Afonso, Rua Antero Nobre, Rua Manuel de Oliveira e Rua Eduardo Conceição Pires.

Foram ainda realizadas renumerações de polícia aos seguintes arruamentos:

Avenida Sporting clube Olhanense
Rua General Humberto Delgado
Gav. da Rua do Cerrinho com a Rua José Fernandes Lisboa
Rua José Agostinho Macedo
Rua José da Cruz Charrão

Sendo de grande importância para a população a identificação dos arruamentos, procedeu-se à abertura de um procedimento para a aquisição das respetivas placas toponímicas a fim de serem colocadas no local.

De modo a melhorar o funcionamento dos serviços, tem-se procurado uniformizar os procedimentos, bem como a integração da informação toponímica no sistema de informação geográfica municipal.



município de **Olhão**

... mais para si!



RELATÓRIO DE GESTÃO



II. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Introdução

Em cumprimento do disposto do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o Relatório de Gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhar a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela autarquia bem como a eficácia na realização dos objetivos.

Foram desenvolvidos vários esforços dentro dos requisitos legais, com recurso a todos os mecanismos económico-financeiros, técnicos e administrativos ao alcance do executivo, no sentido de proporcionar tanto quanto possível, a concretização das atividades previstas, tendo-se procurado atingir os melhores resultados possíveis.

2.2. Análise do Controlo Orçamental

2.2.1. Modificações Orçamentais

Apesar de na elaboração do Orçamento se ter seguido os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se prever todas as situações futuras, só com a execução do orçamento é possível verificar a realidade da situação financeira da autarquia.

Como em qualquer gestão previsional no decurso do ano, para persecução dos objetivos, a realidade da receita e da despesa diverge do previsto, quer porque se constata que as dotações previsionais se apresentam insuficientemente dotadas quer porque, por qualquer razão, não foram inscritas.

Neste sentido, torna-se necessário aplicar o mecanismo das modificações das dotações iniciais, tendo esta autarquia efetuado durante o ano 2015 cinquenta e três modificações ao Orçamento, vinte e nove às Grandes Opções do Plano e cinco revisões ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nas quais se procedeu a ajustamentos entre as várias rubricas, tendo-se aumentado o valor da dotação global face ao inicialmente previsto, como se pode verificar no mapa seguinte:

	Receita			Despesa		
	Inicial	Após modificações	Dif.	Inicial	Após modificações	Dif.
Corrente	21 428 656,00	21 428 656,00	0,00	17 466 455,00	19 516 409,17	2 049 954,17
Capital	970 649,00	2 654 663,17	1 684 014,17	4 947 315,00	4 581 375,00	-365 940,00
Outras receitas	14 465,00	14 465,00	0,00			0,00
Total	22 413 770,00	24 097 784,17	1 684 014,17	22 413 770,00	24 097 784,17	1 684 014,17

Não obstante as alterações verificadas aos documentos previsionais em termos de orçamento não foi alterado o equilíbrio entre a despesa e a receita, sendo que a despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo se apresentou inferior à receita da mesma natureza no final de 2015.

2.2.2. Resumo da execução orçamental

RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2014	26 390 675,00	21 042 820,99	79,74%	2014	24 319 100,00	18 963 850,79	77,98%
2015	21 428 656,00	22 304 523,56	104,09%	2015	19 516 409,17	18 172 397,55	93,11%

RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2014	4 931 125,00	3 389 448,52	68,74%	2014	7 002 700,00	3 934 404,55	56,18%
2015	2 669 128,17	2 456 959,69	92,05%	2015	4 581 375,00	3 849 931,69	84,03%

2.2.2.1. Resumo da execução orçamental da receita

	Receitas Cobradas Brutas	2015		Taxa de Execução
		Orçamento	Execução	
Correntes	Impostos diretos	9 146 155,00	10 128 358,22	110,74%
	Impostos indiretos	87 505,00	137 467,46	157,10%
	Taxas, multas e outras penalidades	212 995,00	282 559,36	132,66%
	Rendimentos da propriedade	91 431,00	138 449,68	151,43%
	Transferências correntes	10 017 177,00	9 519 113,96	95,03%
	Venda de bens e serviços correntes	1 014 313,00	1 269 903,18	125,20%
	Outras receitas correntes	859 080,00	828 671,70	96,46%
	Total das receitas correntes	21 428 656,00	22 304 523,56	104,09%
Capital	Venda de bens de investimento	18 960,00	0,00	0,00%
	Transferências de capital	1 079 404,00	887 691,74	82,24%
	Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00%
	Passivos financeiros	30,00	0,00	0,00%
	Outras receitas de capital	22 245,00	0,00	0,00%
	Total das receitas capital	1 120 649,00	887 691,74	79,21%
Outras	Reposições não abatidas nos pagamentos	14 465,00	35 253,78	243,72%
	Saldo da gerência anterior	1 534 014,17	1 534 014,17	100,00%
	Total	24 097 784,17	24 761 483,26	102,75%

Relativamente à execução da receita total em 2015, podemos verificar que na globalidade se atingiu 102,75% do valor previsto no orçamento.

É de salientar o aumento da execução da receita corrente de 24,35% e um aumento da execução da receita de capital de 23,32%, comparativamente com o ano anterior.

Esta situação resulta da execução das receitas de capital de 79,21% e de correntes de 104,09%.

2.2.2.2. Resumo da execução orçamental da despesa

Despesa	2015		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Despesas com pessoal	8 770 277,95	8 380 163,50	95,55%
Aquisição de bens e serviços	6 234 411,48	5 457 679,18	87,54%
Juros e outros encargos	371 431,87	352 836,91	94,99%
Correntes Transferências correntes	1 231 831,95	1 147 000,44	93,11%
Subsídios	2 679 225,92	2 626 303,75	98,02%
Outras despesas correntes	229 230,00	208 413,77	90,92%
Total das despesas correntes	19 516 409,17	18 172 397,55	93,11%
Aquisição de bens de capital	1 906 305,00	1 186 120,88	62,22%
Transferências de capital	128 750,00	122 500,00	95,15%
Capital Ativos financeiros	828 055,00	827 160,00	99,89%
Passivos financeiros	1 718 265,00	1 714 150,81	99,76%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00%
Total das despesas capital	4 581 375,00	3 849 931,69	84,03%
Total	24 097 784,17	22 022 329,24	91,39%

No que respeita às despesas pudemos verificar que na globalidade estas apresentam uma execução de 91,39% relativa ao previsto no orçamento, sendo a percentagem de execução da despesa correntes 9,08 pontos percentuais superior á da despesa de capital.

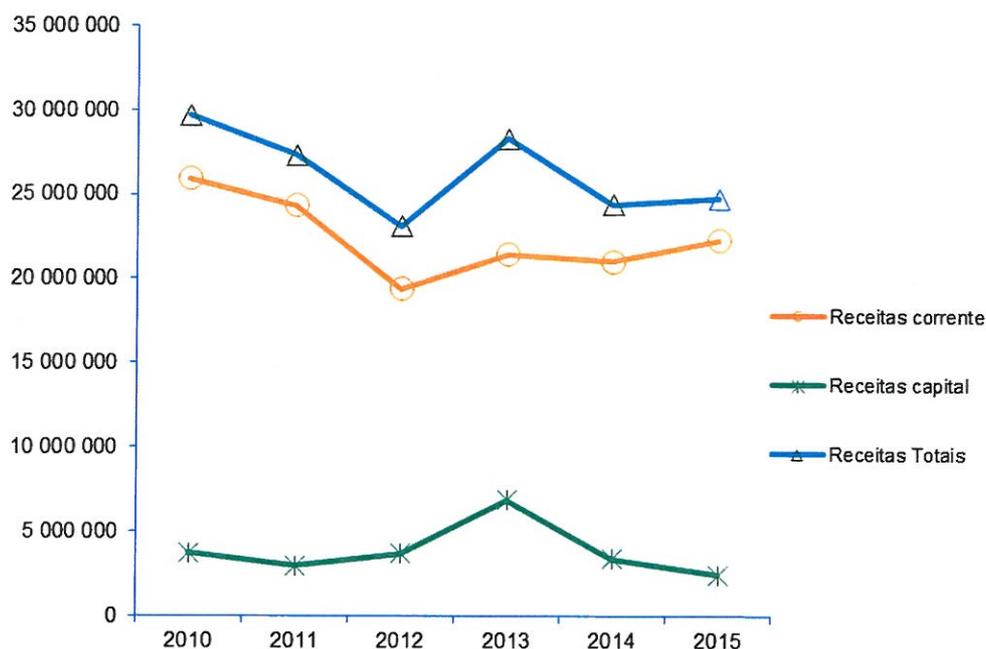
2.3. Receita

2.3.1. Análise da Receita

2.3.1.1 Evolução da receita total

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas corrente	25 950 201,85	24 354 057,36	19 409 809,49	21 444 977,50	21 042 820,99	22 304 523,56
Receitas capital	3 738 027,03	2 981 741,77	3 710 147,07	6 871 867,64	3 389 448,52	2 456 959,69
Total	29 688 228,88	27 335 799,13	23 119 956,56	28 316 845,14	24 432 269,51	24 761 483,25

Analisando a evolução da receita entre 2014 e 2015, constata-se que a receita arrecadada em 2015 teve um aumento de 1,35% em relação ao valor cobrado no ano 2014. Através da visualização gráfica seguinte, podemos verificar que a situação desta gerência é contrária à verificada no último ano.



2.3.1.2 Evolução da receita corrente

Receitas Correntes	2014	2015
Impostos Diretos	9 029 552,13	10 128 358,22
Impostos Indiretos	40 730,16	137 467,46
Taxas, Multas e Outras Penalidades	265 682,17	282 559,36
Rendimentos de Propriedade	117 108,55	138 449,68
Transferências Correntes		
FEF/FSM/IRS	5 892 934,00	6 226 621,99
Outras	3 556 328,10	3 292 491,97
Venda de Bens e Serviços	1 291 445,11	1 269 903,18
Outras Receitas Correntes	849 040,77	828 671,70
Total	21 042 820,99	22 304 523,56

A receita corrente registou um aumento de 6,00% entre 2014 e 2015, tendo contribuído para esta situação a generalidade das rubricas à exceção da "Venda de Bens e Serviços e das "Outras Receitas Correntes", cuja análise se efetuará no ponto 2.3.1.7.

2.3.1.3 Evolução da receita capital

Receita de Capital	2014	2015
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00
Transferências de Capital		
FEF	476 039,00	480 554,00
Outras	686 432,29	407 137,74
Ativos Financeiros	0,00	0,00
Passivos Financeiros	91 061,44	0,00
Outras Receitas de Capital	37 790,05	0,00
Total	1 291 322,78	887 691,74

Com se pode verificar existiu uma redução expressiva da receita de capital de 31,26%, devido essencialmente às “Transferências de Capital – Outras”, por via dos fundos comunitários.

2.3.1.4 Realização da receita

Receitas	2014		2015		Taxa de Crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Receitas correntes					
Impostos Diretos	9 029 552,13	36,96%	10 128 358,22	40,90%	12,17%
Impostos Indiretos	40 730,16	0,17%	137 467,46	0,56%	237,51%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	265 682,17	1,09%	282 559,36	1,14%	6,35%
Rendimentos de Propriedade	117 108,55	0,48%	138 449,68	0,56%	18,22%
Transferências Correntes					
FEF/FSM/IRS	5 892 934,00	24,12%	6 226 621,99	25,15%	5,66%
Outras	3 556 328,10	14,56%	3 292 491,97	13,30%	-7,42%
Venda de Bens e Serviços	1 291 445,11	5,29%	1 269 903,18	5,13%	-1,67%
Outras Receitas Correntes	849 040,77	3,48%	828 671,70	3,35%	-2,40%
Total	21 042 820,99	86,13%	22 304 523,56	90,08%	6,00%
Receitas de capital					
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital					
FEF	476 039,00	1,95%	480 554,00	1,94%	0,95%
Outras	686 432,29	2,81%	407 137,74	1,64%	-40,69%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	91 061,44	0,37%	0,00	0,00%	-100,00%
Outras Receitas de Capital	37 790,05	0,15%	0,00	0,00%	-100,00%
Total	1 291 322,78	5,29%	887 691,74	3,58%	-31,26%
Reposições não abatidas nos pagamentos	307 078,46	1,26%	35 253,78	0,14%	-88,52%
Saldo da Gerência anterior	1 791 047,28	7,33%	1 534 014,17	6,20%	-14,35%
Total	24 432 269,51	100,00%	24 761 483,25	100,00%	1,35%

A totalidade da receita do município em cada ano traduz o nível de recursos que, segundo diversas proveniências, lhes foram disponibilizados para a assunção do desenvolvimento das suas atribuições. Também, como é natural, esse montante está diretamente correlacionado com a riqueza gerada no território nacional, sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional.

Para melhor análise da receita foi elaborado o quadro anterior. Este, visa desagregar a receita municipal nas suas principais categorias, para que se tornem perceptíveis não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, mas também a sua evolução relativamente ao ano anterior. A receita global do Município aumentou 329.213,74€ entre 2014 e 2015, traduzindo-se num aumento de 1,35%.

As transferências correntes e de capital, representam 42,03% da receita total, sendo importante analisar a sua desagregação e crescimento relativamente ao ano anterior.

Neste sentido verifica-se um aumento das transferências correntes (0,74%) e uma redução das transferências de capital (23,64%), relativamente ao ano anterior.

Transferências Correntes e Capital	2014	2015	Crescimento	
			Valor	Taxa
Transf. Correntes	9 449 262,10	9 519 113,96	69 851,86	0,74%
Sociedades e Quase-Sociedades				
Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 284 353,00	4 324 982,99	40 629,99	
Fundo Social Municipal	652 645,00	672 399,00	19 754,00	
Participação fixa no IRS	955 936,00	1 229 240,00	273 304,00	
Fundos Comunitários	9 468,05	70 109,18	60 641,13	
Outras	3 435 655,55	3 123 531,45	-312 124,10	
Serviços e Fundos Autónomos	111 204,50	98 851,34	-12 353,16	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Capital	1 162 471,29	887 691,74	-274 779,55	-23,64%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	476 039,00	480 554,00	4 515,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Fundos Comunitários	686 432,29	407 137,74	-279 294,55	
Total	10 611 733,39	10 406 805,70	-204 927,69	-1,93%

2.3.1.5 Realização da Receita Corrente

Após análise do quadro da realização da receita, constata-se que a receita corrente representa 90,08% da receita total, índice, este que aumentou 3,95 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Após estudo da evolução das várias subcontas relativamente ao ano anterior, verifica-se que a descida mais expressiva em termos de valor foi das

“Transferências Correntes – Outras”, seguida da “Vendas de Bens e Serviços” e das “Outras Receitas Correntes”.

Verificou-se uma subida dos “Impostos Diretos” (1.098.806,09€), das “Transferências Correntes – FEF/FSM/IRS” (333.687,99€), dos “Impostos Indiretos” (96.737,30€), dos “Rendimentos de Propriedade” (21.341,13€) e das “Taxas, Multas e Outras Penalidades” (16.877,19€).

2.3.1.6 Realização da Receita Capital

Muitos dos projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano foram concretizados com o recurso aos fundos comunitários, com cofinanciamentos ao abrigo do QREN 2007-2013, conforme descrito no ponto 1.11 do relatório de atividades.

Candidatura	Corrente	Capital	TOTAL
Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho		46 304,59	46 304,59
Plano de Pormenor		16 821,76	16 821,76
Requalificação dos Largos		8 543,45	8 543,45
Energias Renováveis		4 284,34	4 284,34
Museus em Rede			0,00
Simplex Autárquico			0,00
Estudo da Mobilidade		3 279,09	3 279,09
Municípios do Algarve Central em Rede (SAMA)	11 190,82	143 153,83	154 344,65
Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve		184 750,68	184 750,68
TOTAL	11 190,82	407 137,74	418 328,56

Candidatura	Corrente		TOTAL
	FEF	OE	
GAC - Grupo de Ação Costeira	44 188,77	14 729,59	58 918,36

2.3.1.7. Receitas Próprias

Na presente gerências verificou-se um aumento das receitas próprias e do seu peso face à receita total (47,61% em 2014 e 51,63% em 2015).

O aumento da generalidade das componentes das receitas próprias contribuiu para um aumento global das receitas próprias em 9,92%, relativamente ao ano anterior, o que significa que aumentou a capacidade própria do Município em gerar recursos financeiros.

Receitas próprias	2014	2015	%	Taxa crescimento
Receitas próprias correntes				
Impostos Locais	9 070 282,29	10 265 825,68	80,29%	13,18%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	265 682,17	282 559,36	2,21%	6,35%
Rendimentos de Propriedade	117 108,55	138 449,68	1,08%	18,22%
Vendas de Bens e Serviços	1 291 445,11	1 269 903,18	9,93%	-1,67%
Outras Receitas Correntes	849 040,77	828 671,70	6,48%	-2,40%
Total	11 593 558,89	12 785 409,60	100,00%	10,28%
Receitas próprias de capital				
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00%	-
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	-
Outras Receitas de Capital	37 790,05	0,00	0,00%	-
Total	37 790,05	0,00	0,00%	-
Total da receitas próprias	11 631 348,94	12 785 409,60	100,00%	9,92%

Porque esta componente da receita constitui uma fonte de financiamento importante para o Município, na medida em que é resultado da gestão efetuada pelo executivo, o quadro anterior apresenta a estrutura das receitas próprias e permite verificar, com mais pormenor, como são constituídas.

A sua análise revela que os "Impostos Locais" contribuem com 80,29%, "Venda de Bens e Serviços" com 9,93% das receitas próprias.

Caracterizando o conceito de "Impostos locais", "Na ótica da classificação económica", conclui-se que são receitas provenientes essencialmente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis que constituem a principal fonte de receitas próprias do Município.

As receitas próprias são essencialmente constituídas por receita corrente, representando esta na presente gerência 57,32%, não tendo a receita de capital qualquer expressão.

Segue-se a análise de rácios, efetuada com o objetivo de encontrar indicadores médios que permitam efetuar comparações entre grandes componentes contabilísticas e assim verificar a capacidade financeira do Município, nestes dois últimos anos.

Rácios	2014	2015
Receitas Próprias / Receita Total	47,61%	51,63%
Receitas Próprias Correntes / Receita Corrente	55,10%	57,32%
Receitas Próprias Capital / Receita Capital	2,93%	0,00%
Impostos Locais / Receita Total	37,12%	41,46%
Impostos Locais / Receita Corrente	43,10%	46,03%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,00%	0,00%
Venda de Bens de Investimento / Receita Capital	0,00%	0,00%

Assim, verificamos que o peso das receitas próprias aumentou relativamente à receita total.

As receitas próprias são compostas por várias componentes, das quais se destacam as verbas provenientes das vendas de bens e serviços, de acordo com o mapa seguinte:

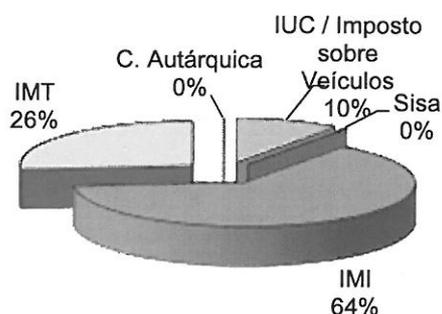
Rubricas	2015	%
Mercadorias	58,00	0,00%
Produtos acabados e intermédios (EDP - Microprodução)	7 509,43	0,59%
Serviços sociais, recreativos e de desporto	218 017,33	17,17%
Transportes coletivos pessoas e mercadorias	123 930,70	9,76%
Trabalhos por conta particulares	218,88	0,02%
Cemitérios	86 908,59	6,84%
Mercados e feiras	20 559,86	1,62%
Parque estacionamento	65 248,90	5,14%
Serviços prestados no âmbito da educação	257 932,92	20,31%
Rendas	296 823,99	23,37%
Outros	192 694,58	15,17%
Total	1 269 903,18	100,00%

No âmbito das vendas de bens e serviços, a maior contribuição são as rendas de habitação, seguidas dos serviços prestados no âmbito da educação.

Dada a importância que a receita fiscal, que normalmente assume nas receitas próprias, convirá identificar os diversos impostos e respetiva estrutura:

Designação	2014	%	2015	%
C. Autárquica	48	0,00%	0	0,00%
IUC / Imposto sobre Veículos	1 050 605	11,64%	990 792	9,78%
Sisa	0	0,00%	0	0,00%
IMI	6 133 258	67,92%	6 453 554	63,72%
IMT	1 845 642	20,44%	2 684 012	26,50%
Total	9 029 552	100,00%	10 128 358	100,00%

Como se pode verificar houve um aumento dos impostos, nomeadamente no IMI e no IMT e uma redução ligeira no IUC.



Nos termos do artigo 98.º da Lei n. 82-B/2014, de 31 de dezembro, é necessário o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho. Assim sendo, importa apurar o montante em causa tendo em conta os valores da receita de IMI prevista cobrar em 2015 (coleta de 2014) e a receita de IMI cobrada em 2012 (coleta de 2011).

Para os efeitos previstos no supracitado artigo 98.º, a Autoridade Tributária apurou, para o Município de Olhão, uma variação positiva da receita do IMI e da alteração do art.º 49 do EBF, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana, no montante de 567.717,55€.

De acordo com o n.º 4 do referido artigo o valor apurado é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registados no SIAL a 30 de agosto de 2014;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do município;

Do valor apurado o Município efetuou capitalização do FAM no valor de 155.485€, pagamentos em atraso há mais de 90 dias registados no SIAL em Setembro de 2014 no valor de 287.099,59€. O valor restante foi canalizado para a redução do endividamento de médio e longo prazo.

Tendo por base o entendimento do SATAPOCAL referente à alínea c) do n.º4 do artigo 98.º da LOE2015, o valor a ser utilizado não se confina apenas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo do município, podendo ser afetado à redução de outro tipo de dívida, desde que a sua tipologia seja de médio e longo prazo. Deste modo, o município afetou o valor remanescente à redução da dívida à empresa Polis Litoral Ria Formosa – Soc. Req. e Valor. da Ria Formosa, SA, e das Águas do Algarve, SA, as quais tem um plano de pagamentos plurianual aprovado pelo órgão deliberativo.

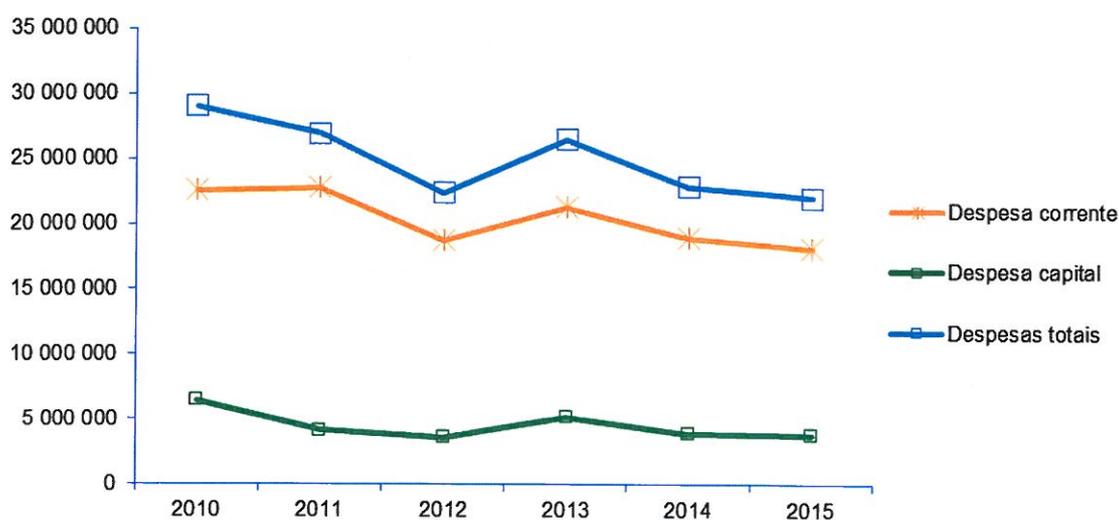
3. Despesas

3.1. Análise da Despesa

3.1.1 Evolução da despesa total

Despesas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa corrente	22 566 291,75	22 800 210,95	18 756 495,08	21 298 461,84	18 963 850,79	18 172 397,55
Despesa capital	6 485 747,17	4 155 064,09	3 613 997,91	5 227 336,02	3 934 404,55	3 849 931,69
Despesas totais	29 052 038,92	26 955 275,04	22 370 492,99	26 525 797,86	22 898 255,34	22 022 329,24

Analisada a evolução da despesa, constata-se um decréscimo da despesa nesta gerência, situação que se manteve relativamente ao ano anterior.



3.1.2 Evolução da despesa corrente

Despesa corrente	2014	2015
Despesa com o pessoal	8 197 154,95	8 380 163,50
Aquisição de bens e serviços	5 523 460,58	5 457 679,18
Juros e outros encargos	361 546,23	352 836,91
Transferências correntes	710 845,08	1 147 000,44
Subsídios	2 679 586,96	2 626 303,75
Outras despesas correntes	1 491 256,99	208 413,77
Total	18 963 850,79	18 172 397,55

A despesa corrente do ano 2015 registou uma redução de 4,17%. Para esta situação contribuiu todas as rubricas da despesa á exceção das “Despesas com Pessoal” e as “Transferências Correntes”. A maior redução verificou-se nas “Outras despesa Correntes” em virtude do pagamento no ano anterior do processo judicial com a empresa Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, SA.

3.1.3 Evolução da despesa capital

Despesa de capital	2014	2015
Aquisição de bens de capital	1 240 494,28	1 186 120,88
Transferências de capital	35 768,39	122 500,00
Ativos Financeiros	885 000,00	827 160,00
Passivos Financeiros	1 773 141,88	1 714 150,81
Outras despesas de capital	0,00	0,00
Total	3 934 404,55	3 849 931,69

A despesa de capital registou uma ligeira diminuição relativamente ao ano anterior, cuja taxa se situou em 2,15%, devido essencialmente à redução da generalidade das rubricas orçamentais. Existiu apenas aumento nas “Transferências de Capital”, por força do contrato de execução com as Juntas de Freguesia e de apoios a Instituições sem fins lucrativos.

3.1.4 Realização da despesa

Caracterizadas as principais fontes de financiamento do Município, no ano de 2015, abordam-se, para além do comportamento da despesa corrente e de capital, as despesas de funcionamento, serviço da dívida e ainda despesas de investimento.

As despesas com pessoal serão objeto de apreciação no ponto 3.1.7 – Despesas de funcionamento.

Comparando os anos 2014 e 2015, constata-se que a despesa total teve uma diminuição de 3,83%, sendo que as despesas correntes e de capital apresentam, neste mesmo período, uma diminuição de 4,17% e 2,15% respetivamente.

Despesas	2014		2015		Taxa de crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Despesa corrente					
Despesa com o pessoal	8 197 154,95	35,80%	8 380 163,50	38,05%	2,23%
Aquisição de bens e serviços	5 523 460,58	24,12%	5 457 679,18	24,78%	-1,19%
Juros e outros encargos	361 546,23	1,58%	352 836,91	1,60%	-2,41%
Transferências correntes	710 845,08	3,10%	1 147 000,44	5,21%	61,36%
Subsídios	2 679 586,96	11,70%	2 626 303,75	11,93%	-1,99%
Outras despesas correntes	1 491 256,99	6,51%	208 413,77	0,95%	-86,02%
Total	18 963 850,79	82,82%	18 172 397,55	82,52%	-4,17%
Despesa de capital					
Aquisição de bens de capital	1 240 494,28	5,42%	1 186 120,88	5,39%	-4,38%
Transferências de capital	35 768,39	0,16%	122 500,00	0,56%	242,48%
Ativos Financeiros	885 000,00	3,86%	827 160,00	3,76%	-6,54%
Passivos Financeiros	1 773 141,88	7,74%	1 714 150,81	7,78%	-3,33%
Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3 934 404,55	17,18%	3 849 931,69	17,48%	-2,15%
Total da despesa	22 898 255,34	100,00%	22 022 329,24	100,00%	-3,83%

3.1.5 Realização da Despesa Corrente

Da análise da estrutura representativa de cada uma das componentes da despesa corrente, verifica-se que a mais expressiva é as “Despesa com pessoal” 38,05%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” 24,78%.

Podemos ainda referir que a diminuição da despesa corrente teve como contributo a redução dos “Subsídios” (1,99%), dos “Juros e outros encargos” (2,41%), da “Aquisição de bens e serviços” (1,19%) e “Outras despesas correntes” (86,02%). Verificou-se um aumento das “Despesas com pessoal” (2,23%) e das “Transferências Correntes” (61,36%).

Relativamente às transferências correntes é onde se verifica a maior aumento devido às transferências para a administração local por via da celebração de acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

No que respeita à “Administração Central” nesta rubrica está refletido o protocolo celebrado com as escolas para conservação e manutenção na sequência do contrato de execução celebrado com o Ministério da Educação.

Rubricas	2014	2015	Variação	
			Valor	Taxa
Sociedades e quase sociedades financeiras				
Administração central	120 000,00	120 000,00	0,00	0,00%
Administração local	28 333,33	401 051,43	372 718,10	1315,48%
Instituições sem fins lucrativos	478 791,30	560 610,61	81 819,31	17,09%
Famílias	83 720,45	65 338,40	-18 382,05	-21,96%
TOTAL	710 845,08	1 147 000,44	436 155,36	61,36%

3.1.6 Execução da Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma diminuição de 2,15%, justificada pela diminuição generalizada das rubricas orçamentais, com exceção das “Transferências de Capital”.

Rubricas	2014	2015	Variação	
			Valor	Taxa
Aquisição de bens de capital	1 240 494,28	1 186 120,88	-54 373,40	-4,38%
Transferências de capital	35 768,39	122 500,00	86 731,61	242,48%
Ativos Financeiros	885 000,00	827 160,00	-57 840,00	-6,54%
Passivos Financeiros	1 773 141,88	1 714 150,81	-58 991,07	-3,33%
Total	3 934 404,55	3 849 931,69	-84 472,86	-2,15%

3.1.7 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afetam o património não duradouro do município.

As despesas de funcionamento incluem a totalidade da Despesa Corrente deduzida dos Encargos Financeiros e Transferências Correntes.

Neste grupo de despesa devem ser considerados os seguintes subgrupos:

Rubricas	2014		2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoal	8 197 154,95	53,89%	8 380 163,50	59,66%
Aquisição de Bens e Serviços	5 523 460,58	36,31%	5 457 679,18	38,86%
Outras despesas correntes	1 491 256,99	9,80%	208 413,77	1,48%
Total	15 211 872,52	100,00%	14 046 256,45	100,00%

De referir que os valores em análise diminuíram relativamente ao ano anterior em 7,66%.

As duas rubricas mais representativas na estrutura da despesa corrente são o "Pessoal" e a "Aquisição de Bens e Serviços", que absorvem 98,52% das despesas de funcionamento.

As despesas com "Aquisição de Bens e Serviços" devem-se essencialmente a aquisição de combustíveis e lubrificantes, trabalhos especializados, energia, encargos de cobrança de receitas e vários eventos desportivos e culturais para dinamização do concelho de Olhão, tendo-se verificado uma diminuição de 1,19% em relação ao ano anterior.

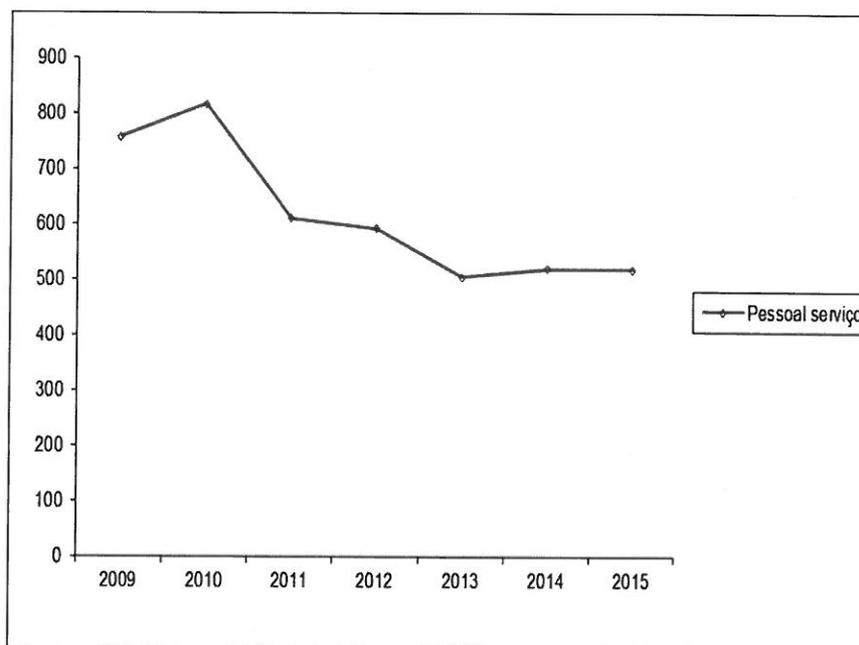
O Município de Olhão apresenta na presente gerência 518 funcionários, que se encontram distribuídos pelas várias Carreiras/Categorias Profissionais, verificando-se um aumento de 183 008,55€ das despesas com pessoal.

Categoria	Quantidade
Diretor de Departamento	2
Chefe de Divisão	6
Dirigente Intermédio de 3º Grau	2
Comandante Bombeiros	1
Coordenador Técnico	12
Técnico Superior	60
Assistente Técnico	116
Assistente Operacional	259
Encarregado Operacional	11
Bombeiros	42
Técnico de Informática	4
Especialista de Informática grau 1	1
Fiscal Municipal	2
Total	518

Ao longo dos últimos anos existiu alguma variação no número de pessoal ao serviço do Município, tendo-se verificado um aumento substancial em 2009 em virtude da assinatura do contrato de execução com o Ministério da

Educação em que foram transferidos 234 funcionários. Em 2011, verificou-se a cedência por interesse público de 153 funcionários para a empresa municipal Ambiolhão. Relativamente ao ano 2015 verificou-se uma redução 1 trabalhador face ao ano anterior.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal serviço	757	816	610	592	505	519	518



4. Limites

4.1 Despesas com pessoal

De acordo com o n.º 2 do art.º 62 da LOE/2015 os municípios em equilíbrio ficam impedidos de, no ano 2015, aumentar as despesas com pessoal.

De acordo com o n.º 5 do art.º 62, não relevam para o cálculos os aumentos da despesa com pessoal que decorram de decisão legislativa ou judicial, assunção pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividade objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local, assunção de despesas com pessoal que decorram dos respetivos processos de dissolução e da internalização das atividades do município e a assunção de despesas no âmbito do atendimento digital assistido.

No quadro seguinte identifica-se a situação do Município face ao limite previsto no referido artigo.

Despesas com pessoal	Final período ano anterior (1)	Final período ano corrente (2)	Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	8 197 155	8 380 164	183 009
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento)	19 788	294 125	274 337
			457 346
Aumento não justificado			
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários			
Aumento resultante da delegação de competências da administração central			
Aumento resultante da delegação de competências da administração local			
Aumento resultante de disposições legais			
Aumento resultante de outras justificações			
Aumento resultante de outras situações			
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumentos / Reduções de despesa com pessoal resultante de afetação de			
Despesa decorrente da dissolução e da internalização das atividades do			
Despesa no âmbito do atendimento digital assistido			
Despesa resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários			91 764
Despesa resultante da delegação de competências da administração central			211 099
Despesa resultante de disposições legais			18 091
Despesa resultante de sentenças judiciais			200 332
			521 286

4.2 Endividamento municipal em 2015

O novo regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) veio aplicar um novo regime de crédito e de endividamento municipal.

O art.º 52º “Limite da dívida total” prevê que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

➤ Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
19 320 741	21 370 926	20 946 881	61 638 548	20 546 183

➤ Limite da dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos)

$$1,5 * 20.546.182,59€ = 30.819.273,89€$$

➤ Dívida total

Dívida Total							
Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
	01/01/2015						
	23 367 603	459	23 368 062	21 983 099		8 836 175	1 767 235
30 819 274	31/12/2015						
	20 591 456	686	20 592 324	19 491 551		11 327 722	2 265 544
	Variação da Dívida %						-11,33%
	Variação do Excesso da Dívida %						
	Utilização da Margem Disponível						4 258 782

Relativamente aos limites previstos no regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), constata-se que o Município cumpre o limite da dívida total.

4.3. Empréstimos de médio e longo prazo

Entidade	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Encargos do ano 2015			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
			Amortização	Juros	Total		
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª 16 Junho e Z. Adjacentes (I)	71994,42	3 885,95	150,94	4 036,89	27 201,65	23 315,70
C.G.D.	Saneamento Básico - 1ª Fase (I)	315 489,67	17 028,78	661,39	17 690,17	119 201,47	102 172,69
C.G.D.	Ren. Urb. Entrada Poente de Olhão (I)	189 573,13	9 117,13	354,11	9 471,24	63 819,91	54 702,78
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª Bernard. Silva/EN 125/Rotunda (I)	127 759,30	6 895,90	267,84	7 163,74	48 271,29	41 375,39
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	1995 191,59	130 439,18	3 065,02	133 504,20	856 524,09	726 084,91
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	2 000 000,00	128 376,34	5 137,64	133 513,98	1045 347,95	916 971,61
C.G.D.	Rede de Águas de Moncarapacho - Ampliação e Remodelação (I)	95 936,07	7 963,00	654,58	8 617,58	67 685,56	59 722,56
C.G.D.	Reforço do abastecimento de Água à Fuseta (I)	72 162,10	4 208,02	30,13	4 238,15	4 208,02	0,00
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	762 248,00	45 009,94	1202,30	46 212,24	455 668,88	410 658,94
C.G.D.	Financiamento complementar de Projectos Comparticipados (I)	649 951,13	38 193,66	1046,96	39 240,62	396 464,97	358 271,31
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	771 194,00	45 174,88	1148,85	46 323,73	479 944,86	434 769,98
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	1032 806,00	61516,61	1527,16	63 043,77	746 683,05	685 166,44
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	4 500 000,00	241910,12	35 962,66	277 872,78	3 618 769,69	3 376 859,57
B.P.I.	Empréstimo para Investimento (N)	3 000 000,00	184 383,03	22 455,59	206 838,62	1554 427,07	1370 044,04
B.P.I.	Empréstimo para Aquisição de Habitação Social	2 023 106,00	92 223,90	2 906,58	95 130,48	1684 801,51	1592 577,61
CCAM	Saneamento Básico de Belmonte e Belamandil (I)	138 847,54	10 365,40	122,60	10 488,00	36 278,86	25 913,46
B.E.S.	Empréstimo para Investimento - BES (N)	520 000,00	28 888,88	1669,31	30 558,19	267 222,30	238 333,42
I.H.R.U.	Habitação Social 12 Fogos *(I)	214 657,41	9 527,96	33,76	9 561,72	9 527,96	0,00
I.H.R.U.	Habitação Social 24 Fogos *(I)	444 336,59	19 239,76	68,18	19 307,94	19 239,76	0,00
I.H.R.U.	Habitação Social 52 Fogos *(I)	1256 078,93	91485,38	1604,34	93 089,72	276 199,56	184 714,18
I.H.R.U.	Habitação Social 94 Fogos *(I)	1226 942,15	53 118,61	188,24	53 306,85	53 118,61	0,00
I.H.R.U.	Habituação Social 204 Fogos *(I)	4 950 622,00	198 794,55	15 683,99	214 478,54	3 711617,63	3 512 823,08
IFDR	Requalificação Largos Zona Histórica de Olhão -PRU (N)	145 018,59	3 788,31	5 657,18	9 445,49	145 018,59	141230,28
Estado	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (N)	4 066 207,89	282 615,52	89 606,41	372 221,93	3 532 693,87	3 250 078,35
Total		30 570 122,51	1714 150,81	191206,76	1905 368,57	19 219 937,11	17 505 786,30

4.4 Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

Durante o ano 2015 as empresas que o Município participa e que fazem parte do Sector Empresarial Local, são as constantes no mapa seguinte:

Designação	Sede	Participação no capital
Municípa S.A.	Tagus Park, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740 - 120 Porto Salvo	4 985,01 €
Mercados de Olhão, EM	Av.ª 5 de Outubro n.º 43, 8700-303 Olhão	25 000,00 €
Fesnima, Empresa Pública de Animação, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	5 000,00 €
Ambiolhão - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	340 000,00 €

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Nestes termos, caso o Município não efetue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, a dívida destas entidades relevam para o cômputo do limite da dívida total do município, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Como se pode verificar pelo mapa seguinte, relativamente ao ano 2014, apenas a empresa Mercados de Olhão, EM não apresenta resultado líquido antes de imposto positivo, tendo o Município efetuado no início do ano 2015 a transferência financeira na proporção da sua participação (100%), de acordo com o previsto no n.º 4 do art.º 40 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto

Relativamente ao ano 2015 todas as empresas apresentam resultados líquidos antes de impostos positivos, cumprindo a regra do equilíbrio.

	Resultado Líquido	
	2014	2015
Municípa, SA	57 270,60	60 270,39
Mercados de Olhão, EM	-37 836,27	6 245,07
Ambiolhão – Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	21 715,15	61 011,28
Fesnima – Empresa Pública de Animação, EM	79 283,51	8 470,47

4.5 Serviço da Dívida

A análise seguinte contém informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município em 2015, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

$$\frac{\text{Amortização}}{\text{Despesa Total}} = \frac{1\,714\,150,81\text{€}}{22\,022\,329,24\text{€}} \times 100 = 7,78\%$$

$$\frac{\text{Encargos Financeiros}}{\text{Despesa Corrente}} = \frac{352\,836,91\text{€}}{18\,172\,397,55\text{€}} \times 100 = 1,94\%$$

Como se pode verificar o serviço da dívida representa 7,78% da despesa total e os encargos financeiros 1,94% das despesas correntes

5. Aquisição de Bens de Capital/ Investimento Global

O investimento apurado a partir dos documentos de prestação de contas das autarquias locais não reflete a totalidade dos esforços efetuados nesta área, dado que não inclui, nomeadamente, as verbas despendidas através das obras realizadas por administração direta ou os investimentos realizados por freguesias, na sequência da celebração de protocolos com o Município, cujos montantes protocolados, em sede contabilística, corresponde a transferências de capital. O investimento reduziu a sua representatividade na estrutura total da despesa, passando de 5,42% para 5,39% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no mapa do ponto 3.1.4 – Realização da Despesa.

Segue-se a desagregação do investimento pelas várias rubricas que o constituem:

Rubricas	2014	2015	Variação	
			Valor	Taxa
Terrenos	0,00	28 000,00	28 000,00	100,00%
Habitacões	11 186,00	77 423,95	66 237,95	592,15%
Edifícios	95 024,95	175 926,83	80 901,88	85,14%
Instalações de serviço	0,00	88 595,36	88 595,36	100,00%
Instalações desportivas e recreativas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Mercados e instalações de fiscalização sanitaria	0,00	0,00	0,00	0,00%
Escolas	95 024,95	87 331,47	-7 693,48	-8,10%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Construções diversas	95 055,55	155 027,40	59 971,85	63,09%
Bens domínio público	726 624,31	54 482,41	-672 141,90	-92,50%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	29 621,28	45 614,39	15 993,11	53,99%
Sistemas drenagem águas residuais	7 769,61	0,00	-7 769,61	-100,00%
Iluminação pública	0,00	7 722,15	7 722,15	0,00%
Parques e Jardins	0,00	0,00	0,00	0,00%
Captação e distribuo de gua	0,00	0,00	0,00	0,00%
Viação rural	0,00	0,00	0,00	0,00%
Sinalização e trânsito	0,00	1 145,87	1 145,87	100,00%
Infraestruturas p/ tratamento resíduos sólidos	148 247,68	0,00	-148 247,68	-100,00%
Outros (Urbanização)	540 985,74	0,00	-540 985,74	-100,00%
Bem patrimnio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de transporte	9 756,97	283 307,15	273 550,18	2803,64%
Equipamento de informática	4 261,11	151 377,14	147 116,03	3452,53%
Software informático	5 975,59	49 891,26	43 915,67	734,92%
Equipamento administrativo	10 356,60	31 238,22	20 881,62	201,63%
Equipamento básico	253 596,70	114 011,85	-139 584,85	-55,04%
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Artigos e objetos de valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Investimentos incorpóreos	28 656,50	65 434,67	36 778,17	128,34%
Locao Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	1 240 494,28	1 186 120,88	-54 373,40	-4,38%

Analisando a variação da aquisição de bens de capital entre o ano 2014 e 2015 verifica-se que esta teve uma redução de 4,38%, tendo o investimento mais expressivo sido canalizado para "Material de Transporte", seguido das "Construções Diversas".

6. Fluxos de Caixa

	Recebimentos 2014	Recebimentos 2015
Saldo da Gerência Anterior	2 051 765,08	1 830 575,92
Execução Orçamental	1 791 047,28	1 534 014,17
Operações de Tesouraria	260 717,80	296 561,75
Total das Receitas Orçamentais	22 641 222,23	23 227 469,08
Receitas Correntes	21 042 820,99	22 304 523,56
Receitas Capital	1 598 401,24	922 945,52
Operações de Tesouraria	1 780 052,64	1 672 546,78
Total	26 473 039,95	26 730 591,78

	Pagamentos 2014	Pagamentos 2015
Total das Despesas Orçamentais	22 898 255,34	22 022 329,24
Despesas Correntes	18 963 850,79	18 172 397,55
Despesas Capital	3 934 404,55	3 849 931,69
Operações de Tesouraria	1 744 208,69	1 801 243,61
Saldo para a Gerência Seguinte	1 830 575,92	2 907 018,93
Execução Orçamental	1 534 014,17	2 739 154,01
Operações de Tesouraria	296 561,75	167 864,92
Total	26 473 039,95	26 730 591,78

Neste mapa podemos verificar as entradas e saídas de tesouraria, de onde se conclui que no ano 2015 houve um aumento de 0,97% relativamente ao ano anterior.

7. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Após a análise efetuada às receitas e despesas deste Município é fundamental fazer um balanço, o qual resulta num saldo disponível que se traduz em poupança corrente que foi canalizada para investimento.

Descrição	Receita Cobrada	Despesa Efetuada	Diferença
Saldo inicial			1 534 008,51
Correntes	22 304 523,56	18 172 397,55	4 132 126,01
Capital	922 945,52	3 849 931,69	-2 926 986,17
Total	23 227 469,08	22 022 329,24	2 739 148,35

Com base em princípios de gestão, de acordo com os quais é positiva a orientação da poupança corrente para financiamento das despesas de capital, constata-se que a receita corrente é de 4 132 126,01€ superior à despesa da mesma natureza, da qual 2 926 986,17€ é canalizada para investimento, ficando o valor remanescente 2.739.148,35€ como saldo para a gerência seguinte.

8. ANÁLISE PATRIMONIAL

A CMO adotou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro no ano 2002.

8.1 Características da informação financeira

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis ao planeamento, controlo e à tomada de decisão.

Neste sentido, as demonstrações financeiras devem revelar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, com base em características qualitativas (relevância, fiabilidade e comparabilidade), princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais legalmente estabelecidas no POCAL.

8.2 Balanço

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014	2013	2012
Ativo Líquido					
Bens de Domínio Público	24 578 726,99	27 865 187,79	-11,79%	31 293 208,40	33 909 116,64
Imobilizações Incorpóreas	80 247,96	81 807,38	-1,91%	263 647,04	307 872,82
Imobilizações Corpóreas	83 186 838,29	83 896 191,21	-0,85%	84 975 046,94	85 679 378,02
Investimentos Financeiros	5 429 210,70	5 428 710,70	0,01%	4 340 317,98	4 490 818,98
Existências	97 734,98	136 856,38	-28,59%	65 020,24	75 787,85
Dívidas de terceiros, médio e longo prazo	10 603 617,60	10 603 617,60	0,00%	10 859 124,49	10 859 124,49
Dívidas de terceiros, curto prazo	914 239,02	1 412 976,60	-35,30%	1 586 347,48	2 074 645,49
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	2 907 018,92	1 830 575,91	58,80%	2 051 765,07	1 139 218,08
Acréscimos e diferimentos	451 311,78	421 431,82	7,09%	667 996,58	545 836,70
Total do Ativo Líquido	128 248 946,24	131 677 355,39	-2,60%	136 102 474,22	139 081 799,07
Fundos Próprios e Passivo					
Património	109 568 970,42	109 568 470,42	0,00%	109 281 205,42	109 277 488,74
Doações	10 895 424,39	10 050 756,49	8,40%	9 730 146,00	8 112 498,53
Reservas decorrentes de transferência de ativos	5 858 939,00	5 858 939,00	0,00%	5 858 939,00	5 858 939,00
Resultados transitados	-42 841 629,61	-41 396 537,30	3,49%	-39 707 446,84	-37 237 246,92
Resultado Líquido do Exercício	867 908,98	-1 445 284,31	-160,05%	-1 689 090,46	-2 473 645,75
Provisões para Riscos e Encargos	61 579,09	1 273 591,43	-95,16%	1 981 896,42	1 862 221,35
Dívidas a terceiros, M/L prazo	18 438 694,02	20 308 329,83	-9,21%	20 902 017,55	18 755 279,56
Dívidas a terceiros, curto prazo	2 152 777,93	3 059 273,14	-29,63%	4 647 423,29	11 758 637,79
Acréscimos e diferimentos	23 246 282,02	24 399 816,69	-4,73%	25 097 383,84	23 167 626,77
Total dos Fundos Próprios e Passivo	128 248 946,24	131 677 355,39	-2,60%	136 102 474,22	139 081 799,07

Pode-se verificar uma redução pouco expressiva do balanço (2,60%) relativamente ao ano anterior, no entanto é necessário efetuar-se uma pequena análise dos grupos constantes deste mapa:

➤ Ativo Líquido

Diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo de 35,30%, pela redução dos “Outros Devedores”, dos “Utentes, c/c e de um aumento das “Provisões de Cobrança Duvidosa”.

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo estas são referentes às condições constantes do contrato de gestão celebrado com a empresa municipal Ambiolhão, pela transferência dos bens afetos à atividade da empresa.

Aumento expressivo dos “Depósitos em Instituições Financeiras” e “Caixa”.

Os Acréscimos e Diferimentos também registam alteração quando comparados com 2014, registando-se um aumento na especialização dos acréscimos de proveitos.

➤ Fundos Próprios e Passivo

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo registam uma redução expressiva (29,63%) pela contenção da despesa verificada durante a presente gerência.

Nas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo encontra-se registado o valor correspondente ao capital social por realizar do Fundo de Apoio Municipal. Este valor, de acordo com o OE/2015, não revela para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi reduzida as provisões riscos e encargos pela transferência da provisão dos processos de contraordenações para provisões de cobrança duvidosa (reclassificação contabilística) e do processo judicial com a empresa Eduardo Pinto Viegas Construções, Lda.

Relativamente aos fundos próprios verifica-se uma diminuição dos resultados transitados por acumulação de resultados líquidos negativos verificados ao longo dos anos.

Aumento de 844 667,90€ das doações por via da avaliação de bens do domínio público e privado, essencialmente dos processos de loteamento.

O exercício apresenta um resultado líquido positivo no valor de 867 908,98€.

8.3 Demonstração de Resultados

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014	2013	2012
Custos e Perdas					
CMVMC	163 524,50	190 108,89	-13,98%	292 845,84	262 422,32
Fornecimento e serviços externos	4 769 748,56	4 614 408,45	3,37%	5 026 530,73	5 289 832,90
Custos com o pessoal	8 525 902,32	8 251 524,89	3,33%	9 124 712,32	8 650 182,64
Transf. / Subs. correntes conced. e prest. sociais	3 082 456,92	3 259 270,36	-5,42%	3 414 942,15	3 358 508,47
Amortizações do exercício	5 916 845,30	6 181 017,88	-4,27%	6 267 502,57	6 173 666,78
Provisões do exercício	40 739,95	581 029,71	-92,99%	330 312,04	69 227,52
Outros custos operacionais	88 464,41	79 057,81	11,90%	77 190,37	61 618,79
Custos e perdas financeiras	196 735,16	244 638,56	-19,58%	242 161,74	479 539,55
Custos e perdas extraordinárias	1 067 903,39	843 533,18	26,60%	783 886,90	1 051 309,57
Total dos Custos e Perdas	23 852 320,51	24 244 589,73	-1,62%	25 560 084,66	25 396 308,54
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestações de Serviços	999 081,40	1 016 295,23	-1,69%	1 050 768,77	1 174 889,00
Impostos e Taxas	10 303 836,68	9 007 345,86	14,39%	9 463 442,59	8 267 659,35
Transferências e Subsídios Obtidos	10 007 075,38	9 741 095,01	2,73%	10 310 934,52	10 818 622,14
Outros proveitos e ganhos operacionais	825 099,37	845 889,71	-2,46%	840 381,17	888 548,99
Proveitos e ganhos financeiros	570 281,14	561 936,88	1,48%	464 341,46	460 184,43
Proveitos e ganhos extraordinários	2 014 855,52	1 626 742,73	23,86%	1 741 125,69	1 312 758,88
Total dos Proveitos e Ganhos	24 720 229,49	22 799 305,42	8,43%	23 870 994,20	22 922 662,79
Resultado Líquidos	867 908,98	-1 445 284,31	-160,05%	-1 689 090,46	-2 473 645,75

Em termos gerais, verifica-se uma redução dos custos em 1,62% e um aumento dos proveitos em 8,43%, o que contribuiu para reduzir o Resultado Líquido negativo face ao ano anterior, passando o mesmo para um Resultado Líquido positivo.

Os Custos com Pessoal, quando comparados com o ano de 2014, registam um aumento de 274 377,43€, na generalidade das rubricas de pessoal.

Redução pouco expressiva das amortizações do exercício.

Outros Custos Operacionais tiveram um aumento pouco expressivo em termos de valor.

Redução dos custos financeiros por força da diminuição dos juros suportados com empréstimos de médio e longo prazo.

Aumento dos custos e perdas extraordinários devido essencialmente às Correções Relativas a Exercícios Anteriores e às Transferências de Capital Concedidas.

Em relação aos Proveitos há a salientar uma ligeira redução das Vendas e Prestações de Serviço e dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais e o

aumento dos restantes proveito, em especial do Proveitos e Ganhos Extraordinários e os Impostos e Taxas.

Como se pode verificar houve uma melhoria expressiva do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, devido a um aumento dos proveitos e redução dos custos, obtendo-se um Resultado Líquido positivo.

8.4 Análise de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

8.4.1 Imobilizações

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014
Ativo Bruto			
Bens domínio público	78 607 956,99	77 684 658,09	1,19%
Imobilizações Incorpóreas	1 129 176,91	1 054 993,36	7,03%
Imobilizações Corpóreas	104 780 613,59	103 868 093,28	0,88%
Investimentos Financeiros	5 429 210,70	5 428 710,70	0,01%
Total do Ativo Bruto	189 946 958,19	188 036 455,43	1,02%
Amortizações			
Bens domínio público	54 029 230,00	49 819 470,30	8,45%
Imobilizações Incorpóreas	1 048 928,95	973 185,98	7,78%
Imobilizações Corpóreas	21 593 775,30	19 971 902,07	8,12%
Total das Amortizações	76 671 934,25	70 764 558,35	8,35%
Total do Ativo Líquido	113 275 023,94	117 271 897,08	-3,41%

Como se pode verificar o imobilizado bruto teve um aumento pouco expressivo 1,02%, por via das Imobilizações Incorpóreas, tendo o seu valor líquido uma redução de 3,41% por força das amortizações.

8.4.2 Provisões

Foram considerados para o cálculo das provisões as dívidas há mais de 6 e 12 meses, de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL

Descrição	Valor da provisão		Total
	Mais 12 meses 100%	Entre 6 e 12 meses 50%	
Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	494 303,61		494 303,61
Ilha da Armona	16 990,18	3 947,11	20 937,29
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00
Ocupação Via Pública (E)	3 223,31	0,00	3 223,31
Publicidade	12 921,85	0,00	12 921,85
Ocupação Via Pública (P)	5 811,60	0,00	5 811,60
Serviços desportivos	124 378,56	3 878,38	128 256,94
Serviços educação	139 464,37	12 336,68	151 801,05
Habitação Social	87 281,74	5 584,20	92 865,94
Bombeiros	22 830,02	60,36	22 890,38
Águas	248 484,88	0,00	248 484,88
Total	1 155 690,12	25 806,73	1 181 496,85

8.4.3 Demonstração do custo das matérias vendidas e consumidas

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014	2013	2012
CMVMC					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	163 524,50	190 108,89	-13,98%	292 845,84	262 422,32
Total CMVMC	163 524,50	190 108,89	-13,98%	292 845,84	262 422,32

Em 2015, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas reduziu 13,98%, encontrando-se em stocks apenas as quantidades mínimas necessárias.

8.4.4 Resultados Financeiros

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014	2013	2012
Resultados Financeiros					
Proveitos Financeiros	570 281,14	561 936,88	1,48%	464 341,46	460 184,43
Custos Financeiros	196 735,16	244 638,56	-19,58%	242 161,74	479 539,55
Resultados Financeiros	373 545,98	317 298,32	17,73%	222 179,72	-19 355,12

Verifica-se uma evolução positiva dos resultados financeiros, proporcionada pelo aumento dos proveitos e uma redução dos custos.

8.4.5 Resultados extraordinários

	2015	2014	% Cresc. 2015/2014	2013	2012
Resultados Extraordinários					
Proveitos Extraordinários	2 014 855,52	1 626 742,73	23,86%	1 741 125,69	1 312 758,88
Custos Extraordinários	1 067 903,39	843 533,18	26,60%	783 886,90	1 051 309,57
Resultados Financeiros	946 952,13	783 209,55	20,91%	957 238,79	261 449,31

A variação dos Resultados Extraordinários, é provocada por um aumento dos proveitos e dos custos.

No que respeita aos custos o valor mais expressivo é as Correções Relativas a Exercícios Anteriores as quais tiveram um aumento face ao ano anterior seguida das Transferências de Capital Concedidas.

Relativamente aos proveitos a rubrica mais expressiva é os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, seguida da Redução de Amortizações e Provisões.

8.4.6 Indicadores de natureza patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2015	2014
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo/Ativo total	88,32%	88,97%
Ativo circulante/Ativo total	3,06%	2,59%
Ativo fixo/Ativo circulante	2890,41%	3436,97%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	42,00%	41,41%
Passivo de curto prazo/Passivo total	4,90%	6,38%
Passivo de longo prazo/Passivo curto prazo	856,51%	628,25%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio e longo prazo	614,33%	604,49%
Amortizações acumuladas/Imobilizado bruto	40,36%	37,85%
Análise do Passivo Exigível		
Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Divida de curto prazo/Património líquido	2,55%	3,70%
Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Divida de médio longo prazo/Património líquido	21,86%	23,26%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	135,04%	59,84%
Ativo circulante/Exigível a curto prazo	182,04%	110,50%
Índices de Solvência		
Dívidas a terceiros/Ativo total	16,06%	17,06%

8.4.7 Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Face ao Resultado Líquido do Exercício de 867 908,98€ (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e oito euros e setenta cêntimos), nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Desenho e Implementação de um Sistema de Contabilidade de Custos para apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

À Contabilidade de Custos, cumpre clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência, eficácia e possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal, distinguindo-se da Contabilidade Patrimonial na medida em que, ao invés de ter por objeto as relações da Autarquia com o exterior, focaliza-se no registo e controlo de todos os movimentos internos, permitindo a elaboração de informação indicativa do alcance dos objetivos planeados. Assim os outputs da Contabilidade de Custos, deverá ser analisada numa ótica de complementaridade relativamente à Contabilidade Patrimonial e Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores.

O Município de Olhão tem implementado o Sistema de Contabilidade de Custos, o qual tem proporcionado informação sustentada da performance económica da atividade autárquica nos seguintes domínios:

1. Quantificar a estrutura de custos da unidade orgânica;
2. Delimitar o custo das Atividades, Eventos e Projetos Municipais;
3. Quantificar os custos, quando aplicável, dos Serviços Prestados e Bens produzidos pelo Município;
4. Quantificar o custo das transferências para Entidades Terceiras (em numerário/valor e em espécie);
5. Assegurar que a gestão de stocks do Município de Olhão cumpre os requisitos de uma gestão moderna, satisfazendo os princípios da economia, eficiência e eficácia;
6. Delimitar o custo com Máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura);
7. Auxiliar a determinação da quantia das taxas e preços públicos.

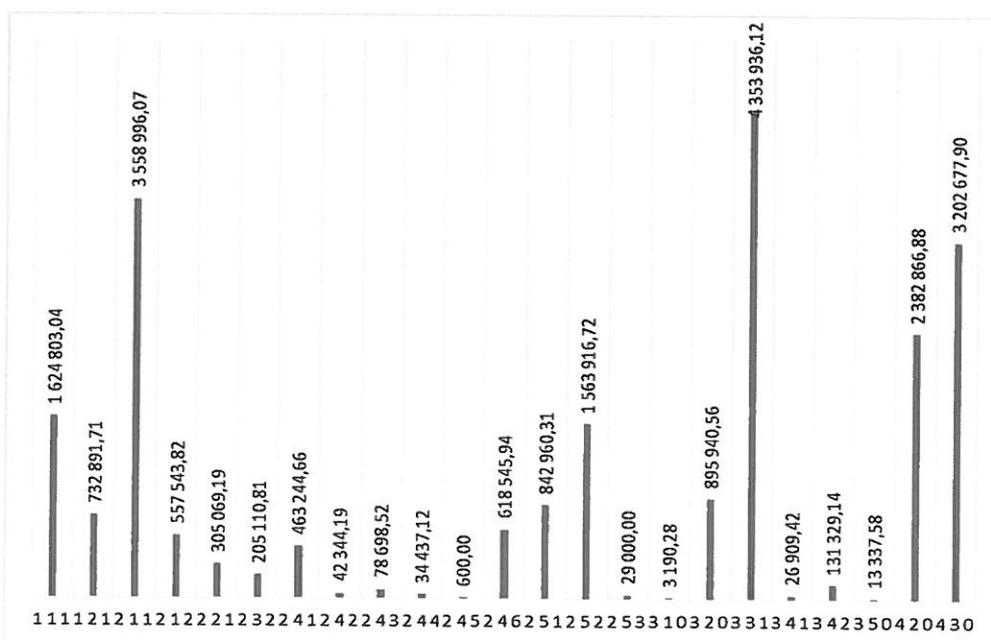
A macroestrutura de centros de custos utilizada pelo Município foi criada tendo em vista a imputação de todos os tipos de custos possíveis no âmbito das atribuições e competências a que o Município está incumbido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando a complexidade técnica deste sistema e o grau de envolvimento de todos os serviços do Município de Olhão, persistem alguns condicionalismos na sua aplicação prática, e na plena classificação dos custos, pelo que, embora registando assinaláveis avanços na sua classificação, a

análise a que se procede é ainda influenciada pela qualidade dos resultados obtidos, situação que se pretende ver ultrapassada.

Dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de custos de 2015, o apuramento dos custos por funções é o seguinte:

Função	Designação da Função	Custos (€)
111	Administração geral	1.624.803,04
121	Proteção civil e luta contra incêndios	732.891,71
211	Ensino não superior	3.558.996,07
212	Serviços auxiliares de ensino	557.543,82
221	Serviços individuais de saúde	305.069,19
232	Ação social	205.110,81
241	Habitação	463.244,66
242	Ordenamento do território	42.344,19
243	Saneamento	78.698,52
244	Abastecimento de água	34.437,12
245	Resíduos sólidos	600,00
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	618.545,94
251	Cultura	842.960,31
252	Desporto, recreio e lazer	1.563.916,72
253	Outras atividades cívicas e religiosas	29.000,00
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.190,28
320	Indústria e energia	895.940,56
331	Transportes rodoviários	4.353.936,12
341	Mercados e feiras	26.909,42
342	Turismo	131.329,14
350	Outras funções económicas	13.337,58
420	Transferências entre administrações	2.382.866,88
430	Diversas não especificadas	3.202.677,90



De acordo com os custos apurados nas funções, as funções que se destacam a nível de custos são a “211 – Ensino não superior” e a “331- Transportes Rodoviários”, que representam o grande investimento feito nos últimos anos nas infraestruturas rodoviárias, sinalização, parques de estacionamento e parque escolar por via das amortizações associadas.

Outra função com valor significativo é a função “420- Transferências entre administrações”, que inclui as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica (Juntas de Freguesia, Empresas Municipais, Associações Municipais)

A função “430 – Diversas não especificadas “, engloba os custos não enquadráveis a uma função especificada.

Os custos apurados nas restantes funções, além do investimento realizado em anos anteriores, onde o peso dos custos advém das amortizações, representam também o enorme esforço financeiro e aposta do Município, essencialmente, nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Meio Ambiente e Ação Social.

É de referir que os custos com pessoal e amortizações são os mais representativos dos custos totais de cada função.



município de **Olhão**

...mais para si!



CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO



CONCLUSÃO

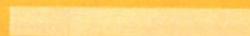
Após a análise detalhada da situação financeira deste Município ao longo deste relatório, constata-se que em termos gerais o ano 2015 ficou marcado pela contenção orçamental e pelo desempenho positivo em algumas áreas, nomeadamente:

- Execução orçamental da receita de 102,75% e da despesa de 91,39%;
- Aumento de 1,35% da receita e uma redução 3,83% da despesa;
- Cumprimento dos limites previsto na lei (despesa com pessoal e dívida total);
- Redução dos bens de capital (domínio público e privado) em 4,38%;
- Poupança significativa de correntes para financiamento das despesas de capital;
- Resultado líquido positivo no valor de 867 908,98€;
- Melhoria significativa da situação financeira do Município.



município de **Olhão**

mais para si



EXECUÇÃO DO PAEL



II. EXECUÇÃO DO PAEL

Em 2012 o governo criou o PAEL – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, enquanto instrumento financeiro, tendo por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registado no SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local, à data de 31 de março de 2012, nos termos da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de Setembro, sendo necessário determinar uma estratégia, consubstanciada num Plano de Ajustamento Financeiro, com medidas concretas e quantificadas com vista a alcançar o restabelecimento da situação financeira do município, com especial incidência na redução e racionalização da despesa, na otimização da receita e no incremento do controlo interno;

O município enquadrou-se no Programa II do PAEL, reunindo condições para apresentar uma candidatura de adesão, a qual pressupõe o recurso a um empréstimo, celebrando o seu contrato com o Estado Português e obtido o visto do Tribunal de Contas em 27/05/2013, no valor de 4.083.539,95€

A disponibilização do montante de financiamento foi efetuado em duas tranches, uma em junho e outra em outubro de 2013.

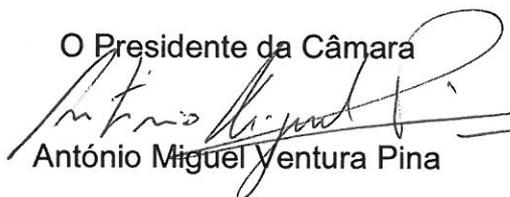
No final de 2013 a dívida incluída no programa encontrava-se totalmente liquidada.

De acordo com o n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, todos os Municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.

Em anexo ao presente relatório encontra-se os vários mapas de execução do referido programa.

Olhão, 23 de março de 2016

O Presidente da Câmara



António Miguel Ventura Pina